

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO

2011/2012



TII

**AS IMPLICAÇÕES DA PRIMAVERA ÁRABE NA SEGURANÇA E DEFESA DA
UNIÃO EUROPEIA**

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO
CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO
CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS
PORTUGUESAS

NUNO ALBERTO RODRIGUES SANTOS LOUREIRO
MAJOR TMMA



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

**AS IMPLICAÇÕES DA PRIMAVERA ÁRABE NA
SEGURANÇA E DEFESA DA UNIÃO EUROPEIA**

MAJ TMMA Nuno Alberto Rodrigues Santos Loureiro

Trabalho de Investigação Individual do Curso de Estado-Maior Conjunto
2011/2012

Lisboa – 2012



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

**AS IMPLICAÇÕES DA PRIMAVERA ÁRABE NA
SEGURANÇA E DEFESA DA UNIÃO EUROPEIA**

MAJ TMMA Nuno Alberto Rodrigues Santos Loureiro

Trabalho de Investigação Individual do Curso de Estado-Maior Conjunto
2011/2012

Orientador:

MAJ ART Pedro Luís Raposo Ferreira da Silva

Lisboa – 2012



Agradecimentos

Agradeço a todos os camaradas do Curso de Estado Maior Conjunto os contributos que foram trazendo para este trabalho, através das inúmeras discussões académicas ao longo do ano.

Agradeço a todos os amigos com quem fui discutindo o tema e cujas opiniões enriqueceram a investigação.

Agradeço ao meu orientador a dedicação e participação com que orientou este estudo, dando-me sempre a necessária liberdade para efetuar as minhas escolhas. Espero que o resultado final se tenha aproximado das suas expectativas.

Por fim, uma palavra muito especial de agradecimento à minha família. Em particular à minha mulher, pelo amor incondicional e apoio constante, e pelo estímulo que me incute em toda a minha vida pessoal e profissional. E aos meus filhos, pela paciência e pela compreensão da minha ausência nestes últimos meses.

A todos, muito obrigado!



Índice

Agradecimentos	i
Índice	ii
Índice de Quadros e Gráficos	iii
Resumo	iv
<i>Abstract</i>	v
Palavras-chave	vi
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos	vii
Introdução.....	1
1. Enquadramento.....	6
a. O conceito de Segurança.....	6
b. A Estratégia Europeia em Matéria de Segurança	9
c. A Política Europeia de Vizinhança e os desafios da segurança	11
2. Desenvolvimento da Política Europeia de Vizinhança até à Primavera Árabe	14
a. Argélia	15
b. Egito	16
c. Líbia.....	18
d. Marrocos	19
e. Tunísia	21
3. Causas da Primavera Árabe.....	23
a. Argélia	24
b. Egito	25
c. Líbia.....	25
d. Marrocos	26
e. Tunísia	27
4. Desafios e ameaças para a União Europeia no pós Primavera Árabe	30
5. Comparação e discussão dos resultados.....	36
a. Resposta às questões derivadas.....	36
b. Teste de hipóteses	38



c. Questão de Partida	40
Conclusões	43
Anexos	1
Anexo A – Diagrama de Orientação Metodológica	1
Anexo B – Corpo de Conceitos	1
Anexo C – Modelo de Análise	1
Anexo D – Caracterização Política, Económica e Social dos Países do Norte de África.....	1

Índice de Quadros e Gráficos

Quadro 1 – Segurança Tradicional vs. Segurança Humana.....	9
Quadro 2 – Situação atual das relações contratuais entre a UE e os países parceiros do Norte de África.	14
Gráfico 1 - Orçamento do NIP 2011-2013 para a Argélia (fonte: ENPI)	16
Gráfico 2 - Orçamento do NIP 2011-2013 para o Egito (fonte: ENPI).....	17
Gráfico 3 - Orçamento do NIP 2011-2013 para a Líbia (fonte: ENPI).....	18
Gráfico 4 - Orçamento do NIP 2011-2013 para Marrocos (fonte: ENPI).....	20
Gráfico 5 - Orçamento do NIP 2011-2013 para a Tunísia (fonte: ENPI)	22
Quadro 3 – Resumo dos principais indicadores analisados.....	28
Quadro 4 – Principais indicadores económicos da Argélia.	D1
Quadro 5 – Principais indicadores económicos do Egito.	D3
Quadro 6 – Principais indicadores económicos da Líbia.....	D5
Quadro 7 – Principais indicadores económicos de Marrocos.....	D6
Quadro 8 – Principais indicadores económicos da Tunísia.	D9



Resumo

Em Dezembro de 2010, o vendedor ambulante tunisino, Mohamed Bouazizi, imolou-se pelo fogo em protesto, desencadeando o que ficou conhecido como a Primavera Árabe (PA). O presente trabalho reveste-se de uma importância fundamental, permitindo compreender melhor a PA, analisar as suas implicações na Política Europeia de Vizinhança (PEV) e perspetivar as suas consequências para a União Europeia (UE).

Pretendemos assim, avaliar o impacte que a PA, terá no desenvolvimento da PEV, instrumento integrante da Ação Externa da União Europeia (AEUE) e enquadrado na Estratégia Europeia em Matéria de Segurança (EEMS).

Para tal, como metodologia que orienta toda a investigação, seguimos a abordagem proposta por Quivy & Campenhoudt (2008), recorrendo essencialmente a fontes oficiais da União Europeia e a trabalhos e estudos científicos publicados por diversos autores de referência que abordam a temática em questão, procurando diferentes perspetivas de análise.

Assim concluímos que: (i) o conceito de segurança subjacente à EEMS, é mais abrangente que o conceito tradicional, aliando a aplicação do instrumento militar aos outros instrumentos de poder como o diplomático, o político e o económico; (ii) a PEV atua ao nível político, económico e social, pelo que se enquadra no conceito de segurança da EEMS; (iii) a PEV não alcançou os objectivos da EEMS; (iv) a PA fez alterar a envolvente estratégica da UE, o que implicará uma adequação da PEV.

A adequação da PEV incidirá sobre a metodologia de aplicação dos programas, através de respostas rápidas e flexíveis, redireccionamento para as necessidades específicas de cada país, comprometimento e responsabilização mútua, criação de incentivos e reforço do financiamento. Incidirá também numa nova priorização dos programas dando maior importância à consolidação dos regimes de inspiração democrática e respeito pelo Estado de Direito, criando as bases para o desenvolvimento económico e social sustentável. Por fim, é indispensável a criação de um *tableau de bord*, integrando indicadores que possibilitem a monitorização da implementação dos programas e a avaliação dos seus resultados, constituindo uma base para a atribuição dos incentivos de integração e reajustamento dos próprios programas.

As conclusões alcançadas permitem enquadrar a PEV no conceito de segurança da EEMS, caracterizar as causas da PA, avaliar o resultado da PEV nos primeiros anos de implementação e caracterizar as implicações para a segurança da UE.



Abstract

In December 2010, the Tunisian street seller, Mohamed Bouazizi, immolated himself in protest, triggering what became known as the Arab Spring (AS). The present work is of paramount importance, attempting to forge a better understanding of the AS, develop an analysis of its implications for the European Neighbourhood Policy (ENP) and forecasting its consequences for the European Union (EU).

We therefore aim to assess the impact that the AS will have on the development of the ENP, an integral instrument of European Union's External Action (AEUE) and framed in the European Security Strategy (ESS).

To do so, as a methodology underlying the this research project, we follow the approach proposed by Quivy & Campenhoudt (2008), relying essentially on European Union's official sources, as well as on scientific papers and studies published by several reference authors who have worked on the theme from different analytical perspectives.

We conclude that: (i) the concept of security underlying the ESS, is broader than the traditional concept, combining the application of the military instrument to other instruments of power such as the diplomatic, the political and the economic; (ii) the ENP acts at the political, the economic and the social levels, such that it does fit into the security concept of the ESS; (iii) the ENP has not achieved the objectives of ESS; (iv) the AS did change the strategic environment of the EU, which will lead to an adjustment to the ENP.

The adjustment to the ENP will focus on the methodology for program application, through fast and flexible response, redirections towards the specific needs of each country, mutual commitment and accountability, putting in place of incentives and increased funding. It will also result in new priority for programs with greater emphasis on consolidation of democratically inspired regimes and respect for the rule of law, laying the foundations for sustainable economic and social development. Finally, it is essential to create a roadmap with indicators that enable the monitoring of program implementation and evaluation of results, providing a basis for the allocation of integration incentives and realignment of the programs themselves.

The conclusions reached provide a framework for considering the ENP within in the ESS security concept, characterize the causes of the AS, evaluate the outcome of the ENP in the first years of implementation, and layout the implications for the EU's safety.



Palavras-chave

Estratégia Europeia em Matéria de Segurança; Norte de África; Política Europeia de Vizinhança; Primavera Árabe; Segurança; União Europeia.



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

AA	Acordo de Associação	<i>Association Agreement</i>
ADM	Armas de Destruição Massiva	<i>Weapons of Mass Destruction</i>
AEUE	Ação Externa da União Europeia	<i>European Union External Action</i>
AP	Plano de Ação	<i>Action Plan</i>
BP	Processo de Barcelona	<i>Barcelona Process</i>
CE	Conselho Europeu	<i>European Council</i>
CEPS	Centro de Estudos da Política Europeia	<i>Centre for European Policy Studies</i>
CI	Comunidade Internacional	
CSH	Comissão para a Segurança Humana	<i>Commission on Human Security</i>
CSP	Documento de Estratégia Nacional	<i>Country Strategic Paper</i>
EC	Comissão Europeia	<i>European Commission</i>
EEAS	Serviço Europeu de Ação Externa	<i>European External Action Service</i>
EEMS	Estratégia Europeia em Matéria de Segurança	<i>European Security Strategy (ESS)</i>
EM	Estado-Membro	<i>Member State</i>
EMP	Parceria Euro-Mediterrânica	<i>Euro-Mediterranean Partnership</i>
ENPI	Instrumento de Parceria e Vizinhança Europeia	<i>European Neighbourhood and Partnership Instrument</i>
EUEA	Ação Externa da União Europeia	<i>European Union External Action (EUEA)</i>
FA	Acordo Quadro	<i>Framework Agreement</i>
HREUFASP	Alto Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança	<i>High Representative of the European Union for Foreign Affairs and Security Policy</i>
I&D	Investigação e Desenvolvimento	
IDN	Instituto de Defesa Nacional	
JAES	Estratégia Conjunta África-UE	<i>Joint Africa-EU Strategy</i>
MDG	Objectivos de Desenvolvimento do	<i>Millennium Development Goals</i>



Milénio		
MTR	Avaliação Intercalar	<i>Mid-Term Review</i>
NIP	Programa Indicativo Nacional	<i>National Indicative Programme</i>
ONU	Organização das Nações Unidas	<i>United Nations</i>
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
PA	Primavera Árabe	<i>Arab Spring (AS)</i>
PCSD	Política Comum de Segurança e Defesa	<i>Common Security and Defence Policy</i>
PEM	Parceria Euro-Mediterrânica	<i>Euro-Mediterranean Partnership</i>
PESC	Política Externa e de Segurança Comum	<i>Common Foreign and Security Policy</i>
PESD	Política Europeia de Segurança e Defesa	<i>European Security and Defence Policy</i>
PEV	Política Europeia de Vizinhança	<i>European Neighbourhood Policy (ENP)</i>
PIB	Produto Interno Bruto	
QD	Questão Derivada	
QP	Questão de Partida	
UE	União Europeia	<i>European Union (EU)</i>
UfM	União para o Mediterrâneo	<i>Union for the Mediterranean</i>
UN	Nações Unidas	<i>United Nations</i>
UNDP	Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas	<i>United Nations Development Program</i>



“Democracy is about more than freely electing one's government, there are many ways to practice democracy. The European Union does not ask its neighbors to copy our models. [...] We recognize that there is no single Arab world, any more than there is a single Muslim world. No two countries are the same. In the end, a one-size-fits-all approach fits no-one. So the European Union is committed to responding to the individual needs of each country. We will treat each transition as unique.”
(José Manuel Durão Barroso, President of the European Commission, 14/07/2011)

“I don't think it should be an American-style democracy or a European-style democracy. I think we can have our own democracy. Yes, we will look at different models everywhere around the world and see what works for us the best and it doesn't have to be shaped after any specific model.”
(Ahmed Al Omran, Blogger, multimedia journalist, 12/09/2011)



Introdução

Com este trabalho de investigação pretendemos avaliar o impacto que as revoltas no mundo árabe, apelidadas de Primavera Árabe¹ (PA), terão no desenvolvimento da Política Europeia de Vizinhança (PEV), instrumento integrante da Ação Externa da União Europeia (AEUE).

Há mais de 50 anos que a segurança é uma das principais prioridades da Europa. Se por um lado a Europa prima pela liberdade de circulação de pessoas e bens, com uma total abertura das fronteiras dos Estados-Membro (EM) e das suas respectivas sociedades, unida na diversidade e enriquecendo a vida dos europeus, por outro sente-se permanentemente ameaçada por flagelos que integram as ameaças elencadas na Estratégia Europeia em Matéria de Segurança, constantemente colocam em causa esses valores de liberdade e prosperidade.

A Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), formalizada no Tratado de Nice assinado a 26 de Fevereiro de 2001 e que entrou em vigor em Fevereiro de 2003 é, acima de tudo, uma declaração de intenções quanto à definição de uma estratégia da União Europeia, estabelecendo três aspetos importantes: uma vontade de assumir a condução de operações globais de forma autónoma, não se sobrepor à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e respeitar sempre as decisões da Organização das Nações Unidas (ONU).

Em 2003 foi aprovada a Estratégia Europeia em Matéria de Segurança (EEMS) caracterizando o quadro de segurança global e definindo os objetivos estratégicos. Com a EEMS, a UE assume a sua responsabilidade na segurança global e na criação de um mundo melhor e identifica o terrorismo, a proliferação de armas de destruição massiva, os conflitos regionais, os estados falhados e o crime organizado como as suas maiores ameaças. Definiu como objetivos estratégicos prioritários: enfrentar as ameaças, criar segurança na vizinhança das suas fronteiras e apostar numa ordem internacional baseada no multilateralismo. Estes desideratos seriam atingidos através de uma postura mais ativa,

¹ Expressão utilizada pela primeira vez em 2005, referindo-se às sublevações no Egito, Síria e Líbano, inspirada na Primavera de Praga de 1968 na Checoslováquia. Por sua vez derivou da Primavera do Povo e Primavera das Nações que alguns historiadores usaram para se referirem às revoluções de 1848 na Europa. (Quinion, 2011) Também conhecida como a Revolução de Jasmim, expressão introduzida por Mona Eltahawy, investigadora e comentadora egípcia, que escreveu no sua página do *Facebook*, “É a primeira revolução pós-colonial no mundo árabe! Revolução de jasmim”. (MundoGaliza.com, 2011)



mais coerente e mais capaz. Javier Solana, afirmava que o objetivo era “*to promote the Union as a global political player, capable of mobilising all the resources available – economical, commercial, humanitarian, diplomatic and, of course, military – to act in a coherent and above all effective manner over the whole of its international environment*” (Gnesotto, 2004, p.6).

Como forma de operacionalizar parte dos objetivos estratégicos da EEMS a UE desenvolveu a PEV, que proporciona um enquadramento específico para a sua relação com os vizinhos do Norte de África: Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia e Egito. Na Cimeira do Mediterrâneo em Paris, em Julho de 2008, foi relançado o Processo de Barcelona (PB), com a designação de União para o Mediterrâneo (UfM) que reúne os 27 EM da UE e os 16 países mediterrânicos do Norte de África, Médio Oriente e Balcãs. Em Dezembro de 2008, o Conselho Europeu aprovou o *Report On The Implementation Of The European Security Strategy - Providing Security In A Changing World*, da responsabilidade de Javier Solana, que efetuava uma análise crítica da EEMS e alargava o espectro das ameaças.

Em Dezembro de 2010, numa pequena cidade tunisina, Mohamed Bouazizi, humilhado pela prepotente polícia local e exasperado pela sua impotência, dirigiu-se junto a um edifício público, regou-se de gasolina e imolou-se pelo fogo. Este ato desencadeou uma série de acontecimentos, conhecida como a Primavera Árabe, ainda em curso, mas que já implicou o fim dos regimes do presidente tunisino, Ben Ali, do presidente egípcio, Hosni Mubarak e do ditador líbio, Muammar Kadhafi.

Estas revoltas, algo inesperadas, apanharam os regimes autoritários vigentes desprevenidos e as próprias oposições tradicionais, que levaram algum tempo a reagir e a perceber os ventos de mudança, fortemente potenciados pelos *media* e pelas redes sociais, alastrando rapidamente pela região, cujas consequências últimas não estão ainda totalmente definidas.

O trabalho proposto, cujo tema é “As implicações da Primavera Árabe na Segurança e Defesa da União Europeia”, tem uma importância fundamental, uma vez que permitirá compreender melhor a PA, analisar as implicações na PEV e perspetivar as consequências para a UE. É nossa convicção, que a presente investigação poderá dar um contributo importante para o entendimento das relações entre a União Europeia e os países árabes do Norte de África.



Pretendemos enquadrar o tema na EEMS atual, por forma a avaliar o impacte que a Primavera Árabe terá na PEV, nosso objeto de estudo, e instrumento integrante da AEUE com implicações diretas na Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD).

Importa estabelecer algumas limitações ao âmbito da investigação, induzidas pelos objetivos a que nos propomos e pela vastidão do tema em análise. Assim, em termos geográficos, o presente estudo limita-se à UE e aos países do Norte de África, parceiros na PEV (Marrocos, Tunísia, Argélia, Líbia e Egito), pela sua afinidade continental, todos eles africanos e muçulmanos. Excluem-se deste estudo: os restantes países do *Mashrek*², cujas dinâmicas políticas são fortemente influenciadas pela proximidade geográfica com o conflito israelo-palestiniano; e os países de leste integrantes da *Eastern Partnership*³. Dado que a PA e as suas consequências parecem não cessar, impõe-se uma limitação temporal, focando-se a investigação no período entre o lançamento da PEV, em 2004 e o final de 2011.

A presente investigação tem como objetivo geral verificar as necessidades de adequação da PEV aos novos desafios criados pela PA. Avaliaremos as alterações produzidas nos países árabes, as suas novas necessidades e as implicações no quadro inicialmente definido da PEV.

Concorrendo para o objetivo geral, o presente trabalho tem também objetivos específicos. O primeiro será caracterizar o enquadramento da PEV no conceito de segurança da EEMS, mais atual e mais abrangente, que tem servido de linha orientadora para as iniciativas instrumentais no âmbito da AEUE. O segundo será analisar a relação entre o resultado da implementação da PEV e as causas da PA, através da evolução da situação política, económica e social dos países árabes objeto deste estudo e da caracterização das razões da PA. O terceiro objetivo específico permite caracterizar as implicações para a segurança da Europa, analisando os desafios e ameaças que se colocarão à UE no pós PA.

Para o desenvolvimento de presente trabalho de investigação propomos a seguinte Questão de Partida (QP):

² Jordânia, Líbano, Territórios Palestinos e Síria.

³ Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Geórgia, Moldávia e Ucrânia.



Qual o impacte na Política Europeia de Vizinhança dos novos desafios criados pela Primavera Árabe, à luz do conceito de segurança adoptado pela Estratégia Europeia em Matéria de Segurança?

À presente QP opusemos as seguintes Hipóteses (H):

- H1: O conceito de segurança adotado pela Estratégia Europeia em Matéria de Segurança não está limitado à dimensão militar.
- H2: A Política Europeia de Vizinhança é um instrumento que se enquadra nos objectivos da Estratégia Europeia em Matéria de Segurança.
- H3: A implementação da Política Europeia de Vizinhança alcançou os objetivos da Estratégia Europeia em Matéria de Segurança.
- H4: Com a Primavera Árabe surgiram novos desafios que implicam uma adequação da Política Europeia de Vizinhança.

Para nos ajudar a atingir os objectivos específicos, propomos as seguintes Questões Derivadas (QD):

- QD1: Como se caracteriza o conceito de segurança plasmado na Estratégia Europeia em Matéria de Segurança e de que forma a Política Europeia de Vizinhança se enquadra nessa estratégia?
- QD2: De que forma a PEV contribuiu para o desenvolvimento político, económico e social dos países do Norte de África?
- QD3: Quais as causas políticas, económicas e sociais da Primavera Árabe?
- QD4: Quais as alterações decorrentes da Primavera Árabe para os desafios e ameaças da União Europeia?

O Anexo A reproduz um mapa que representa o diagrama de Orientação Metodológica.

A metodologia que orienta toda a investigação, segue a abordagem proposta por Quivy & Campenhoudt (2008), adotada pelo Instituto de Estudos Superiores Militares. (IESM, 2011) Recorremos essencialmente a fontes oficiais da União Europeia e a documentos escritos e declarações proferidas pelos seus altos representantes, bem como a trabalhos e estudos científicos publicados por diversos autores de referência que abordam



esta temática, procurando diferentes perspetivas de análise por forma a retirar as necessárias conclusões.

No primeiro capítulo, centramo-nos no enquadramento conceptual do tema, bem como na caracterização dos fenómenos em estudo, o conceito de segurança da UE, a EEMS e a PEV. Seguidamente, analisamos a evolução da PEV para cada país em estudo. No terceiro capítulo, caracterizamos a PA e identificamos as suas causas. No quarto capítulo, identificamos os desafios e ameaças no pós PA. Após esta caracterização, estamos em condições para efetuar a análise e discussão dos resultados, que nos permite responder às questões derivadas, efetuar o teste das hipóteses e, por fim, responder à questão de partida.



1. Enquadramento

a. O conceito de Segurança

A segurança nacional foi definida nos anos 80 pelo IDN, como “a situação que garante a unidade, a soberania e a independência da Nação, a integridade e a segurança das pessoas e dos bens; o bem-estar e a prosperidade da Nação; a unidade do Estado e o desenvolvimento normal das suas tarefas; a liberdade de ação política dos órgãos de soberania e o regular funcionamento das instituições democráticas no quadro constitucional”. (Ribeiro, 2011, p.6)

Conforme sublinhado por Silva Ribeiro (2011), esta definição do IDN evidencia os interesses nacionais que corporizam a segurança nacional e que o Estado deve preservar. Mas esses interesses nacionais são mais amplos e exigem soluções de âmbito regional ou internacional para fazer face às ameaças dos diversos atores, nacionais e internacionais, dentro e fora das fronteiras nacionais, fazendo pouco sentido continuar a separar-se a segurança nacional interna e externa. Já neste sentido, no final dos anos 80 em Portugal, Cabral Couto escrevia que “o conceito de segurança pode ser considerado como incluindo apenas a garantia da independência, da soberania, da integridade territorial e da unidade do Estado ou pode ser entendido como abrangendo todo um conjunto de interesses, que podem ir desde a garantia de acesso a matérias-primas essenciais até a proteção de investimentos e de cidadãos nacionais no estrangeiro, desde cinturas de segurança a zonas de influência ou neutralizadas, desde o controlo do nível de capacidade militar de adversários potenciais e vizinhos até à uniformidade dos regimes e sistemas políticos, etc., etc..” (Couto, 1988, p.38)

Em 1986, no estudo da Organização das Nações Unidas (ONU) intitulado *Concepts of Security* (ONU, 1986), patrocinado pelo Secretário-Geral Pérez de Cuéllar, definia-se segurança como a condição na qual, um Estado considera que não existe ameaça de ataque militar, pressão política ou coerção económica, permitindo o prosseguimento livre dos seus objectivos de progresso e desenvolvimento. Para que a segurança se tornasse global a Comunidade Internacional (CI) deveria partilhar os seguintes princípios: (i) todas as nações têm direito à segurança; (ii) o uso da força militar com outro objectivo que não defesa própria não é um instrumento legítimo da política nacional; (iii) a segurança deve



ser entendida holísticamente, reconhecendo a interdependência dos factores políticos, militares, económicos, sociais, geográficos e tecnológicos; (iv) face à proliferação das ameaças globais todas as nações têm o direito e o dever de participar na busca de soluções construtivas; (v) as diferenças étnicas, culturais, históricas, ideológicas, políticas, socioeconómicas e de grau de desenvolvimento, não devem constituir obstáculo à cooperação internacional para a paz e segurança; (vi) a limitação do uso de armas convencionais e o desarmamento nuclear são fundamentais para a paz e segurança.

É notória, mais ainda se enquadrada numa visão prospectiva de um mundo pós Guerra Fria, a vontade de alargar o conceito tradicional de segurança aos outros pilares das estratégias gerais do Estado da pirâmide de Beaufre, passando a incluir “outras considerações para além das de ordem militar, como a política, económica, societal e ambiental, numa perspectiva mais internacional, exigindo aos estados que pensem e atuem em termos internacionais e globais mais cooperativos” (Escorrega, 2010, p.6)

No início dos anos 90, com o fim da Guerra Fria e a queda do muro de Berlin, entraram em cena novos atores, não estatais, atuando em áreas não militares e de forma não convencional, trazendo novas ameaças. Sentiu-se assim a necessidade de concretizar um conceito mais holístico de segurança, “um conceito global que reorientasse os objectivos de defesa e da política externa, de uma preocupação quase exclusiva com a segurança militar, para uma preocupação mais abrangente de segurança dos indivíduos contra a violência social, pressão económica e degradação ambiental, tendo em atenção as causas de insegurança individual e os obstáculos à total realização pessoal” (Jolly & Ray, 2006, p.4).

Mais uma vez, a ONU tomou a dianteira nesta discussão e apresentou, em 1994, integrado no *United Nations Development Program (UNDP) Global Human Development Report (HDR)*, o conceito de Segurança Humana.

Nesse relatório era referido que “*the concept of security has for too long been interpreted narrowly: as security of territory from external aggression, or as protection of national interests in foreign policy or as global security from the threat of a nuclear holocaust*” (UNDP, 1994, p.22), claramente alargando o âmbito do conceito.



A Segurança Humana recentra o conceito no indivíduo e não no Estado. É uma ferramenta analítica das ameaças causadoras de insegurança, que podem ser socioeconómicas, políticas, ambientais ou de segurança pessoal, identificando as opções disponíveis para as mitigar, recomendando iniciativas políticas e ações muito para além do enfoque tradicional no uso da força. É portanto, centrada nos indivíduos, multidimensional, interrelacionada e universal. (Jolly & Ray, 2006, p.5)

Na *United Nations Millennium Summit*, em Setembro de 2000, o Secretário-Geral Kofi Annan, enfatizou os dois grandes objetivos da *freedom from want* e *freedom from fear*, e criou a Comissão da Segurança Humana (CSH), cujo relatório de Maio de 2003, intitulado *Human Security Now*, apresentava uma das mais utilizadas definições de segurança humana: “*Human security means protecting fundamental freedoms, freedoms that are the essence of life. It means protecting people from critical (severe) and pervasive (widespread) threats and situations. It means using processes that build on people’s strengths and aspirations. It means creating political, social, environmental, economic, military and cultural systems that together give people the building blocks of survival, livelihood and dignity.*” (2003, p.4)

Esta corrente é criticada quanto à sua “natureza demasiado vaga, a ambiguidade, a incoerência, a arbitrariedade e até a sua utilidade prática”. (Tomé, 2010, p.38) No entanto, parece-nos pertinente referir que este conceito recentra no indivíduo, as preocupações evidenciadas pela *comprehensive approach* da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e pela *holistic approach* plasmada na EEMS da UE. Este conceito complementa o conceito tradicional de segurança, da guerra e paz entre estados, “claramente insuficiente e irrelevante para lidar com os novos riscos e preocupações transnacionais, os conflitos violentos dentro dos Estados ou proteger indivíduos e grupos de certos atentados ou tragédias”. (Tomé, 2010, p.39) De facto, centra-se no indivíduo para além do estado, engloba ameaças e riscos não considerados anteriormente na segurança do estado e a amplitude dos atores ultrapassa o próprio estado. (CSH, 2003)



Quadro 1 – Segurança Tradicional vs. Segurança Humana.

Conceito	Referente	Objecto	Ameaças Potenciais
Segurança Tradicional	Estado	Integridade e segurança do Estado	<ul style="list-style-type: none">- Guerra entre Estados e ingerência externa- Proliferação nuclear- Desordem civil
Segurança Humana	Indivíduo	A segurança e liberdade do indivíduo	<ul style="list-style-type: none">- Pobreza- Doença- Catástrofes ambientais- Violações dos Direitos Humanos- Conflitos, violência e repressão

Fonte: UNDP, 2009. Arab Human Development Report 2009: Challenges to Human Security in the Arab Countries, p.19.

Assim, considerando que seria redutor analisar a problemática apenas à luz do conceito tradicional de segurança, optamos pelo conceito de segurança humana, embora delimitando o âmbito de análise e estreitando a sua abrangência. Acresce que o conceito de segurança europeu, enunciado na EEMS, longe de ser um conceito puramente tradicional, vestefaliano, também não vai tão longe quanto o conceito de segurança humana, configurando um *traditional plus*, já com uma visão abrangente das questões da segurança porém, colocando ainda ênfase no papel dos estados e na sua noção de sobrevivência. (Mónica Gariup cit. por Renda, 2010)

Desta forma, adotamos o conceito proposto por Luís Tomé que considera a segurança como “a proteção e a promoção de valores e interesses considerados vitais para a sobrevivência política e o bem-estar da comunidade, estando tanto mais salvaguardada quanto mais perto se estiver da ausência de preocupações militares, políticas e económicas” (2010, p.40). Como o próprio explicita, o objecto da segurança é a comunidade que tanto pode significar um estado, um grupo infra-estatal ou um grupo supra-estatal. A sobrevivência política dessa comunidade e o seu bem estar económico e social, assumidos como valores e interesses vitais, alargam as dimensões tradicionais abrangendo outras ameaças, possibilitando a aplicação não só da panóplia militar mas também da diplomacia, da política, da economia e da cultura, considerando as especificidades da comunidade e as circunstâncias envolventes.

b. A Estratégia Europeia em Matéria de Segurança

A “Estratégia Europeia em Matéria de Segurança: Uma Europa Segura num Mundo Melhor”, primeiro documento definindo as linhas orientadoras de toda a



política externa europeia, foi adoptado pelo Conselho Europeu (CE) de Dezembro de 2003, e constituiu um ponto decisivo na afirmação da Europa como ator internacional, cuja consolidação depende de conseguir atingir os objectivos desejados e alcançar o nível de ambição definido, através das políticas e ações que desenvolver. (Biscop, 2007)

Tal nível de ambição encontra-se expresso na EEMS, que refere que “a UE, que reúne 25 Estados com mais de 450 milhões de habitantes, com uma produção que representa um quarto do produto interno bruto (PIB) mundial, e com uma vasta gama de instrumentos ao seu dispor, é forçosamente um ator global”, reforçando a abrangência de atuação, devendo “estar pronta a assumir a sua parte de responsabilidade na segurança global e na criação de um mundo melhor”. (European Council, 2003, p.1)

Ao referir que a melhor proteção para a segurança da Europa “é um mundo constituído por Estados democráticos bem governados” e ao apontar “a disseminação dos princípios da boa governação, o apoio às reformas sociais e políticas, a luta contra a corrupção e os abusos de poder, o estabelecimento do primado do direito e a proteção dos direitos humanos”, como formas de reforçar a ordem internacional, reflete a *holistic approach*, já anteriormente mencionada. (European Council, 2003, p.10)

Sven Biscop introduziu a noção de bens públicos globais que, na concepção de segurança por nós adotada, equivale ao conjunto de valores e interesses considerados vitais para a sobrevivência política da comunidade e o seu bem-estar. A segurança física (*freedom from fear*), a prosperidade económica (*freedom from want*), a liberdade política (democracia, direitos humanos e o Estado de Direito) e o bem-estar social (educação, saúde, ambiente, etc.), são direitos universais e públicos por ser da responsabilidade do Estado a garantia de que todos têm acesso a eles. Considera ainda Biscop que todas estas dimensões estão ligadas, pelo que todas as políticas as devem contemplar simultaneamente, ou complementarmente, numa perspectiva holística, só assim se garantindo resultados duradouros. (2007, pp.5, 6)

A UE afirma-se assim como uma potência mundial, com capacidade de influenciar os acontecimentos globais no campo económico e social e, de forma menos consistente embora crescente, no campo político e militar. Utiliza o seu *soft*



power, substituindo a coerção pela persuasão, o unilateralismo pelo multilateralismo e a força militar pela diplomacia. A estratégia europeia propõe transformar os outros à imagem do seu próprio modelo, através de reformas políticas, económicas e sociais interligadas e de parcerias de cooperação na área da segurança. Ao estabelecer esta estratégia de forma proactiva, a Europa não exerce uma pressão baseada na ameaça mas antes numa atitude construtiva, alinhada com os seus próprios interesses, mas também com os interesses dos menos desenvolvidos, transmitindo sinais de responsabilidade e solidariedade. (Biscop, 2007)

A EEMS configura uma estratégia de facto, porquanto se apresenta como uma ferramenta política, baseada em valores e interesses próprios, definindo os objectivos estratégicos e os instrumentos para os atingir. Atua como um modelo de referência, num mundo em constante evolução e crescente complexidade, para a definição das capacidades civis e militares que é preciso desenvolver. Neste sentido, mais do que uma simples estratégia de defesa, afigura-se como uma abrangente estratégia de toda a política externa da UE, frequentemente referida nos assuntos relacionados com a dimensão militar da PESC, a PCSD. Nesta perspectiva, a EEMS “*become part of the identity of the EU*” (Biscop, 2007, p.10)

Face ao alargamento da UE para 27 membros e das iniciativas de segurança da Rússia na sua vizinhança, em complemento com desenvolvimentos do ambiente de segurança, tais como o surgimento de pandemias, o efeito devastador das alterações climáticas, a crise financeira global e o aumento dos ciber-ataques, foi sentida necessidade de visitar a EEMS de 2003. Assim, em Dezembro de 2008, o CE aprovou o “Relatório sobre a Execução da Estratégia Europeia de Segurança – Garantir a Segurança num Mundo em Mudança”, que alargava o âmbito das ameaças. (Andersson, 2011, pp.22-24)

c. A Política Europeia de Vizinhança e os desafios da segurança

A UE tem dado uma atenção particular aos países vizinhos do Norte de África, pela proximidade geográfica e crescentes relações comerciais e sociais entre as duas margens do Mediterrâneo, mas também pela preocupação em manter boas relações com uma região instável. (Charillon, 2001)



Desde a declaração de Veneza⁴, em 1980, a Europa deseja desempenhar um papel mais ativo no mediterrâneo e no processo de paz do Médio Oriente, motivada pela preocupação com a proteção a sul da OTAN e o abastecimento energético. Depois da adesão de Portugal, Grécia e Espanha na década de 80, da queda do muro de Berlin e da criação do mercado único, o Conselho Europeu, em 1990, adoptou a política mediterrânica renovada, contando com um aumento do financiamento e a descentralização dos programas de cooperação, que começou a funcionar em 1992. (Charillon, 2001)

Desde então tem-se assistido a duas linhas de atuação por parte da UE perante os países vizinhos. Uma resultou nos sucessivos alargamentos a leste, com a integração plena dos países que atingem os critérios de adesão. Outra, procura estabelecer parcerias de cooperação, tendo a estabilidade política, económica e social como desiderato principal. Um exemplo desta segunda via, o Processo de Barcelona (PB), lançado em 1995, reunindo os países da região, em particular Israel e a Autoridade Palestiniana, em torno de uma declaração conjunta que identificava os princípios basilares com que se alcançariam os ambiciosos objectivos de democratização, segurança e crescimento económico para o Mediterrâneo. O PB dava uma grande ênfase à liberalização do comércio, relegando para segundo plano as questões políticas e sociais. Muitos países aderiram apenas com o intuito de receber e não de contribuir efetivamente para o esforço global. Como sabemos, não foi possível alterar os regimes autoritários em muitos dos países mediterrânicos. Tem sido difícil conciliar os objectivos dos EM, em particular depois de 2005 por efeito do conflito Israelo-Árabe, momento a partir do qual os países optaram por iniciativas bilaterais no quadro da PCSD. (Ilievska, 2011)

Enquadrada pela EEMS, a Comissão Europeia desenvolveu uma nova política para a UE, a PEV, estabelecendo uma moldura específica para o relacionamento da UE com os 16 países vizinhos sem perspectivas próximas de adesão à UE. Entre eles os cinco países objecto do presente estudo.

⁴ Declaração emitida pela Comunidade Europeia, em 13 de Junho de 1980, estabelecendo uma nova plataforma de diálogo para o problema palestino. Reconhecia o direito à segurança e à existência de todos os estados na região, incluindo Israel e a necessidade de atender aos legítimos direitos do Povo Palestino, a sua autodeterminação e incitava a OLP a participar nas negociações de paz no Médio Oriente. (European External Action Service, 2012)



A PEV pretende abarcar os interesses e desejos dos países vizinhos de estabelecerem relações privilegiadas com a UE independentemente dos processos formais de eventual adesão futura. Vai também ao encontro das esperanças, expectativas e receios dos cidadãos desses países relativamente aos “novos” desafios e ameaças, promovendo a boa governação, o desenvolvimento económico e social, a modernização e a reforma estrutural. O modelo adoptado pela PEV tem por base o estabelecimento de parcerias entre cada país e a UE, possibilitando uma verdadeira adequação à sua situação e necessidades específicas, estabelecendo objectivos prioritários de atuação em diversos sectores: o diálogo político e a reforma das instituições; a cooperação e o desenvolvimento económico e social; as questões ligadas ao comércio, ao mercado e à reforma do quadro regulamentar; a cooperação em matéria de justiça, liberdade e segurança; as questões sectoriais da energia, transportes, ambiente e I&D; a dimensão humana na saúde pública e educação. O desenvolvimento das parcerias e a concretização das reformas permitiria aos países uma integração política e económica mais profunda com a UE, muito superior àquela que normalmente mantém com terceiros. (EC, 2006b)

A inovação da PEV relativamente à PEM residiu na maior diferenciação e bilateralismo ao promover a cooperação individualizada com cada país, na realidade, um “fato à medida” nacional em vez de um “pronto a vestir” regional.

Para a EEMS, uma vizinhança de estados estáveis é apontado como fator crucial de segurança. O que se verifica é que os países que compõem a vizinhança sul, do Norte de África, uns em maior outros em menor grau, têm problemas de estabilidade governativa, de prosperidade económica e de desenvolvimento social. Em todos eles os princípios políticos e económicos orientadores da sociedade diferem do modelo europeu.

Não parece previsível que a UE promova um alargamento de integração plena a estes países porém, não pode ignorá-los, mesmo os que demonstram desinteresse em estreitar relações. É necessário envolve-los para criar uma Europa alargada, mais segura e próspera. A implementação desta estratégia de segurança avançada requer uma coordenação política transversal cuidadosa para não correr o risco de quebrar laços de cooperação ou demonstrar falta de coesão interna e capacidade de decisão de intervenção, negativa para a imagem externa. (Lynch, 2005, pp.34-36)



2. Desenvolvimento da Política Europeia de Vizinhança até à Primavera Árabe

No âmbito da PEV, a UE estabeleceu acordos bilaterais com os países parceiros, direcionados para a cooperação política, económica e social, cujo grau de concretização e compromisso assumido, determina o seu patamar de integração. No campo político, apoia as reformas nos domínios da justiça, da liberdade e da segurança, tendo por base o respeito dos valores fundamentais da liberdade, da igualdade, da democracia, do respeito pelos direitos humanos e do Estado de Direito. Procura incrementar a cooperação policial e judiciária, e o desenvolvimento de instituições públicas eficazes e respeitadoras do Estado de Direito, base da boa governação e do desenvolvimento sustentável. No campo económico, apoia as reformas económicas no sentido da liberalização e abertura dos mercados, oferecendo a possibilidade de acesso ao mercado da UE, delimitando de uma zona de livre comércio entre os parceiros mediterrânicos, estabelecendo-se como parceiros preferenciais, contribuindo para a melhoria do clima de investimento. No campo social, promove os vínculos culturais, educativos e sociais, estimula a coesão social, o reforço da inclusão social e a melhoria das condições de vida e de saúde. (EC, 2006b)

O Tratado de Lisboa, que entrou em vigor em Dezembro de 2009, fortaleceu e alargou o âmbito de atuação da política externa da UE, motivando uma revisão da PEV em curso desde 2010.

O Quadro 2 resume a situação atual das relações contratuais entre a UE e os parceiros do Norte de África, no âmbito da PEV.

Quadro 2 – Situação atual das relações contratuais entre a UE e os países parceiros do Norte de África.

País Parceiro PEV	Association Agreement	Action Plan	Country Strategic Paper	National Indicative Programme	Pedido de Estatuto Avançado
Argélia	Setembro 2005	Em curso	2007 - 2013	2011 - 2013	
Egito	Junho 2004	Março 2007	2007 - 2013	2011 - 2013	Abril 2009
Líbia	<i>Framework Agreement</i> Novembro 2008		2011 - 2013	2011 - 2013	
Marrocos	Março 2000	Julho 2005	2007 - 2013	2011 - 2013	2008
Tunísia	Março 1998	Julho 2005	2007 - 2013	2011 - 2013	

Fonte: Comissão Europeia – Política Europeia de Vizinhança. Disponível em http://ec.europa.eu/world/enp/policy_en.htm



Desde 2007, o financiamento da PEV provém do *European Neighbourhood and Partnership Instrument* (ENPI)⁵, concebido para o desenvolvimento sustentável e convergência com a UE, com base nas prioridades definidas nos AP. (EC, 2012)

Caracterizamos de seguida, para cada um dos países objecto do estudo, as linhas de atuação da PEV, nas dimensões política, económica e social.

a. Argélia

A relação entre a UE e a Argélia, no âmbito da PEV, tem por base o *Association Agreement* (AA) de Setembro de 2005, em substituição dos anteriores acordos de cooperação que datavam de 1976. O AA, gerido por um comité e um Conselho ministerial que reunirá anualmente, sem limitação temporal, pretende estreitar os laços de cooperação e parceria, assente no respeito pelos direitos humanos e pelos princípios democráticos, e define como áreas de atuação: o diálogo político regular; o estabelecimento faseado de uma área de comércio entre a UE e a Argélia; a cooperação económica para apoio aos esforços de sustentabilidade económica e desenvolvimento social da Argélia; a cooperação social no que diz respeito aos trabalhadores e às suas condições de trabalho; a cooperação financeira para o investimento na modernização das infraestruturas; e a cooperação no campo da justiça, no fortalecimento do Estado de Direito, no controlo e prevenção da imigração ilegal, crime organizado, terrorismo, tráfico e toxicod dependência e corrupção. (EC, 2005):

A Argélia não concluiu nenhum *Action Plan* (AP) mas, em 2008, assinou um Roteiro de Acompanhamento com a UE, reforçando o seu comprometimento, no seguimento do *Country Strategic Paper* (CSP), que define o quadro estratégico da assistência da EC à Argélia para o período de 2007 a 2013, e o *National Indicative Programme* (NIP) para o período de 2007 a 2010, enquadrado financeiramente pelo ENPI com €220 milhões, que define o programa operacional dessa assistência, estabelece os objetivos e os resultados a serem alcançados nas áreas prioritárias de cooperação, a reforma do sistema judicial, o desenvolvimento económico e emprego e o melhoramento dos serviços públicos. Entretanto, foram desenvolvidas outras iniciativas na região, como a UfM ou a *Joint-EU Africa*

⁵ Para o período de 2007-2013, foram disponibilizados cerca de €12.000 milhões, o que representa um incremento de 32% relativamente ao período anterior de 2000-2006. (CE, 2012)



Strategy (JAES)⁶, direcionadas para as questões da imigração, comércio, energia, alterações climáticas e direitos do homem, sendo necessário coordenação e coerência entre os diferentes níveis de cooperação entre a UE e a Argélia. (EC, 2010a)

As preocupações com importância crescente na política externa da UE nos últimos anos, como as alterações climáticas, as migrações, os preços dos alimentos, a luta contra a droga, a energia, a crise financeira e económica e os direitos humanos, foram devidamente ponderadas no NIP 2011-2013. O seu orçamento ascende a €172 milhões, correspondendo a um aumento de 4,2% relativamente ao anterior, apoiando programas de proteção ambiental, proteção e valorização do património cultural, desenvolvimento socioeconómico, reformas no sector dos transportes, acompanhamento do AA e reforma nos sectores das pescas e aquacultura. (EC, 2010a)

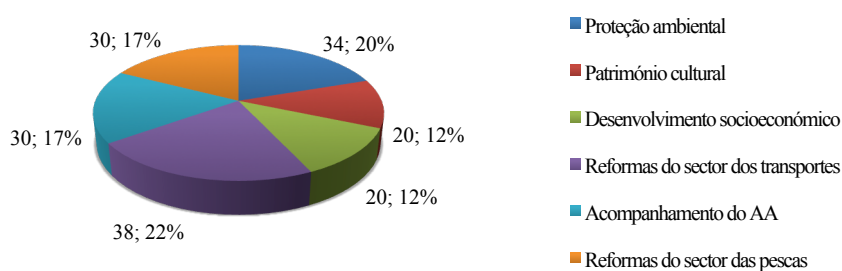


Gráfico 1 - Orçamento do NIP 2011-2013 para a Argélia (fonte: ENPI)

b. Egito

O AA entre a UE e o Egito, em vigor desde Junho de 2004, detalha as áreas específicas em que as parcerias política e de segurança, económica e financeira, e social, podem ser desenvolvidas bilateralmente. Tendo por base o respeito pelos direitos humanos e os princípios democráticos, estabelece um quadro de

⁶ Parceria Estratégica estabelecida em 2007, em Lisboa, mudou a relação África-UE. Ambos os lados concordaram em defender os interesses comuns e objectivos estratégicos, para além da política de desenvolvimento tradicional. Os dois continentes começaram a cooperar como parceiros iguais, utilizando inovadoras modalidades de trabalho que levaram a resultados tangíveis. A JAES define o quadro político geral das relações entre África e a UE. Os seus quatro objetivos principais são: melhorar a parceria política África-UE; promover a paz, a segurança, a governação democrática e direitos humanos, liberdades fundamentais e a igualdade de género, o desenvolvimento económico sustentável e a integração regional e continental, garantindo que todos os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio sejam cumpridos em todos os países africanos até 2015; o multilateralismo efetivo; uma parceria centrada nas pessoas. (EUEA, 2012)



cooperação para o diálogo político, a liberalização do comércio e o estreitar de relações económicas, com o objectivo de apoiar o Egito nos esforços de desenvolvimento económico e social sustentável. O AA é gerido por um comité e um Conselho ministerial que reúne anualmente. (EC, 2005)

Em 2007 é assinado o AP que permite alargar e aprofundar a cooperação nas áreas de interesse mútuo, através de um diálogo político frequente, sendo a sua implementação alvo de regular avaliação. No quadro de instrumentos e incentivos da PEV, o Egito passa a beneficiar da liberalização do comércio e de assistência técnica e financeira. O CSP 2007-2013 consequente, estabelece três objectivos prioritários: a reforma política e a boa governação; a competitividade e a produtividade da economia; o desenvolvimento socioeconómico sustentável. Neste contexto, ao NIP 2007-2010, foram atribuídos €558 milhões no âmbito do ENPI. (EC, 2007)

Em 2009, o CSP foi objecto da *Mid Term Review* (MTR), na qual a Comissão concluiu que a moldura política não se alterou, continuando a importância estratégica do Egito a residir no seu comprometimento com as reformas políticas, sociais e económicas, no seu potencial para intensificar as relações comerciais com a UE e em promover a paz e a segurança na região. Considerava que o empenhamento tinha sido forte nas reformas económicas, crescente nas reformas sociais mas diminuto nas reformas políticas. Em face desta avaliação, considerou que se mantinham as prioridades estratégicas anteriormente definidas, preparando o NIP 2011-2013 com um orçamento de €449,3 milhões, representando um aumento de 5,4%. (EC, 2010b)

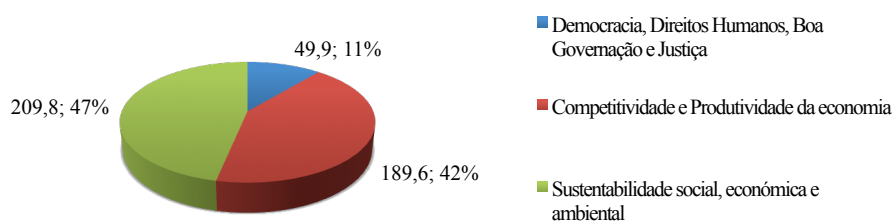


Gráfico 2 - Orçamento do NIP 2011-2013 para o Egito (fonte: ENPI)

A distribuição do orçamento pelas 3 prioridades demonstra o empenhamento do Egito na implementação do AP e a sua capacidade para absorver



fundos da UE, dando particular ênfase ao desenvolvimento económico, social e ambiental, reservando-lhe 89% do orçamento global.

c. Líbia

No caso da Líbia, devido às sanções internacionais impostas, verificou-se um crescente isolamento do resto do mundo, provocando, apesar dos altos rendimentos resultantes do petróleo, uma diminuição acentuada do investimento estrangeiro e do *know-how* disponível.

Em Junho de 2009 o CE considerou o combate à imigração ilegal, proveniente de África através da Líbia, como um objectivo prioritário da UE, a par dos *Millennium Development Goals* (MDG), da promoção da boa governação, do respeito pelos direitos humanos e das alterações climáticas. Nesta perspectiva, em Novembro de 2008, foram iniciadas as negociações do *Framework Agreement* (FA) UE-Líbia, com o objectivo de estabelecer mecanismos de diálogo e cooperação na política externa e de segurança e nas questões económicas e comerciais. A UE tem fortes interesses políticos na Líbia, em particular nos sectores onde se antevê a necessidade de ação coordenada (imigração e segurança energética), levando-a a empenhar-se no FA atualmente em negociação. (EC, 2010c)

Considerando que, entre a UE e a Líbia, o diálogo político é muito recente e ainda frágil, existe pouca experiência de cooperação técnica e é evidente a falta de estratégias definidas em conjunto e conjugando os objectivos estratégicos da EC de assegurar a implementação do FA a ser negociado, de enfrentar de forma conjunta os desafios comuns e de apoiar a modernização da Líbia, foram definidas, em consonância com a vontade do governo líbio, as seguintes prioridades de atuação: melhoria da qualidade do capital humano, aumento da sustentabilidade da economia e desenvolvimento social, e gestão da imigração. O NIP 2011-2013 conterá estas prioridades assentes numa moldura financeira de €60 milhões.

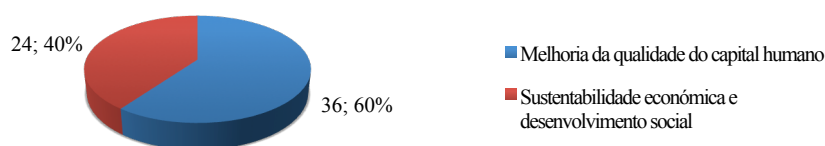


Gráfico 3 - Orçamento do NIP 2011-2013 para a Líbia (fonte: ENPI)



O orçamento será dividido pelas prioridades, apresentando-se na Figura 3 acima, apenas uma repartição inicial por duas prioridades, uma vez que, relativamente ao controlo da imigração ainda não foi possível estabelecer um acordo entre as partes. Logo que tal seja decidido efetuar-se-á nova distribuição dos fundos pelas respetivas áreas de intervenção. (EC, 2010c)

É claro que este programa pressupõe, por um lado, a vontade da Líbia concluir as negociações do FA, continuar a sua integração política e económica e assignar recursos humanos e financeiros suficientes, por outro, a vontade da UE de interagir positivamente com a Líbia. Identificam-se assim riscos relacionados com: o atraso efetivo ou vontade política de atrasar a implementação do FA, a capacidade da administração pública líbia e a instabilidade institucional resultante das alterações de poder. (EC, 2010c)

d. Marrocos

A UE e Marrocos estabeleceram um AA, no contexto alargado do PB, que entrou em vigor em 2000. (EC, 2006a)

Marrocos vem prosseguindo um processo de democratização e consolidação do Estado de Direito, considerado como um dos mais avançados da região. Porém, o crescimento económico demonstrado tem sido insuficiente para reduzir o desemprego e as condições de pobreza que afectam uma percentagem relevante da sua população. Nesta perspectiva, a estratégia da UE em relação a Marrocos tem passado por dois vectores: internamente, quebrar a tendência de baixo desenvolvimento, desemprego, pobreza e imigração, e externamente, contribuir para o sucesso do AA e do AP adotado em 2005. No seguimento do AP, foi estabelecido um CSP 2007-2013 definindo como áreas prioritárias de intervenção: o desenvolvimento de políticas sociais na educação, saúde e proteção social; o apoio nas reformas institucionais; a modernização económica e competitividade no mercado livre; a boa governação e direitos humanos; e a proteção ambiental. (EC, 2006a)

Na MTR ao CSP 2007-2013 (EC, 2010d), a Comissão concluiu que a situação política não se alterou ao ponto de implicar uma mudança de estratégia por parte da UE. No plano económico assistiu-se a um crescimento do PIB, apesar da conjuntura desfavorável pesar sobre a balança comercial com as importações a crescerem mais que as exportações. A balança de pagamentos acusou um ligeiro



défice compensada pelas receitas do turismo e as receitas fiscais ultrapassavam as orçamentadas o que contribuiu para o equilíbrio das contas do estado. No plano social, a subida dos preços dos bens essenciais fomentou o clima de instabilidade, obrigando ao aumento do salário mínimo em 10% no período de quatro anos. O desenvolvimento humano foi fortemente afetado por outros problemas sociais como o analfabetismo, a mortalidade infantil e a pobreza. No que diz respeito aos direitos do homem, a prometida reforma da justiça ainda não tinha sido realizada. Em matéria de ambiente, apesar de alguns esforços identificados, os problemas mantinham-se nos diferentes sectores. As reformas da agricultura e das pescas também se encontravam em estado bastante atrasado, apesar de serem essenciais para a liberalização do comércio. Relativamente ao acesso à sociedade da informação, foi o sector onde se verificaram maiores avanços em termos de comunicações electrónicas e acesso à internet.

Como resultado desta avaliação, a CE considerou positivos os resultados já alcançados até 2010 e continuar a existir uma clara vontade política de aproximação à UE, devendo ser mantidas as cinco prioridades. Para atingir o estatuto avançado, Marrocos deverá desenvolver o seu processo legislativo aproximando-o do modelo comunitário. Nesta perspectiva, é definido o NIP 2011-2013 com um orçamento de €580,5 milhões, prevendo programas de desenvolvimento de políticas sociais, modernização económica, apoio institucional, boa governação e direitos do homem e de proteção ambiental. (EC, 2010d)

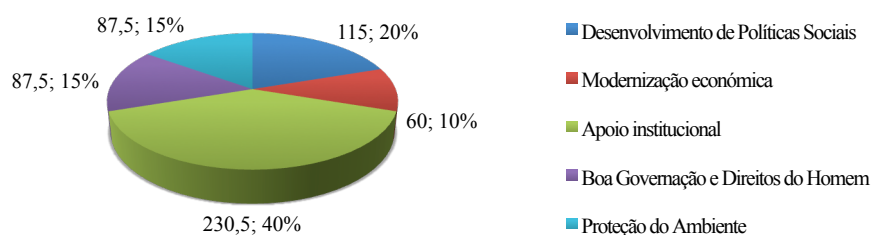


Gráfico 4 - Orçamento do NIP 2011-2013 para Marrocos (fonte: ENPI)

Verifica-se que o maior peso recai sobre os programas de apoio institucional que dizem respeito às reformas legislativas e modernização da administração do Estado, cerca de 40%, prioridade imposta pelo reconhecimento do estatuto avançado perante a UE. Porém, é de referir que a segunda área de atuação com



maior volume orçamental é a do desenvolvimento de políticas sociais, em especial nas regiões rurais, na saúde e na habitação, eixos fundamentais da estratégia acordada no CSP. (EC, 2010d)

e. Tunísia

A Tunísia foi o primeiro país no Norte de África a celebrar um AA que entrou em vigor em 1998, constituindo a base legal do relacionamento futuro com a UE. Nos termos desse acordo, as partes comprometeram-se a cooperar no estreitamento do diálogo político, no comércio e nas questões económicas, sociais e culturais, dentro de um quadro financeiro que apoiaria as reformas estruturais na Tunísia, prevendo a implementação de uma zona de comércio livre até 2010. Estabeleceu o AP em 2005, com um ambicioso programa político, social e económico. (EC, 2006c)

No CSP 2007-2013, a Comissão e o governo tunisino acordaram que o esforço do NIP 2007-2010 se deveria centrar no desenvolvimento sustentável, na formação dos recursos humanos e na competitividade e convergência económica com a UE. (EC, 2006c)

Embora durante este período se tenham verificado algumas melhorias no modelo económico e social da Tunísia, no que diz respeito aos aspectos políticos a realidade foi bem diversa. O ambicionado pluralismo político, a liberdade de expressão e associação, não evidenciaram qualquer progresso, antes pelo contrário, contribuíram com um impacto negativo no desenvolvimento social e económico do país. O sistema presidencial autocrático, assente numa estabilidade política caracterizada por uma forte presença do Estado e do partido do governo em todos os aspectos da vida na Tunísia, retraiu qualquer reforma, ficando a Comissão com possibilidades de atuação bastante limitadas, restando-lhe apenas apoiar posteriores iniciativas em matéria de democracia, direitos do homem e governação (EC, 2010e)

Partindo das orientações definidas no CSP e mantendo a boa governação como eixo transversal de toda a cooperação, o governo da Tunísia e a Comissão acordaram nos seguintes temas prioritários para o NIP 2011-2013: apoio às reformas do mercado de trabalho e dos sistemas de proteção social; apoio às reformas económicas para uma maior integração na economia mundial; apoio ao desenvolvimento e competitividade dos sectores agrícola, industrial e de serviços; e apoio ao sector da justiça. (EC, 2010e)

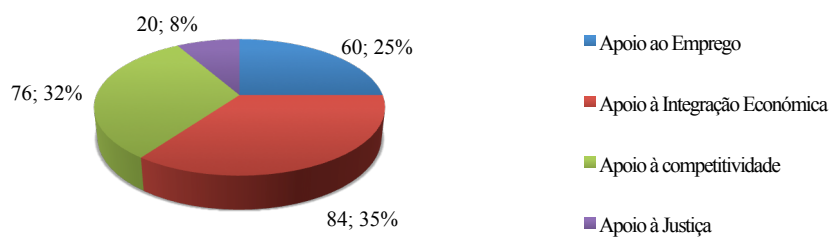


Gráfico 5 - Orçamento do NIP 2011-2013 para a Tunísia (fonte: ENPI)

O seu orçamento foi fixado em €240 milhões, sendo cerca de 67% dirigido às reformas para uma maior integração com o comércio mundial e no apoio à competitividade empresarial.



3. Causas da Primavera Árabe

Tunísia, 19 de Dezembro de 2010. Na cidade de Sidi Bouzid, a cerca de 200 km a sudoeste de Tunes, Mohamed Bouazizi, de 26 anos, um vendedor ambulante de frutas e vegetais, imolou-se pelo fogo em protesto, depois de ter sido humilhado pela polícia.

Argélia, 7 de Janeiro de 2011. Em Argel, a polícia foi chamada a intervir com gás lacrimogénio e bastões para controlar manifestações populares junto a mesquitas, motivadas pelo elevado preço dos alimentos e pelo crescente nível de desemprego.

Egito, 17 de Janeiro de 2011. No Cairo, um homem imolou-se pelo fogo, em frente ao Parlamento, em protesto contra as condições de vida da população e contra a repressão do Estado.

Líbia, 16 de Fevereiro de 2011. Em Benghazi, irromperam violentos confrontos entre a polícia e centenas de manifestantes enfurecidos com a prisão de um ativista dos direitos humanos.

Marrocos, 21 de Fevereiro de 2011. Por todo o país, cerca de 40.000 pessoas, manifestaram-se pacificamente a favor da democracia e contra as condições de vida deficientes da maioria da população, em especial nos subúrbios das cidades marroquinas.

Terão sido estes os rastilhos⁷ que inspiraram os insatisfeitos a revoltarem-se contra os governos dos seus países. Numa região fortemente afetada pela pobreza, atingindo uma população maioritariamente jovem e descontente, a base de recrutamento para um fenómeno deste tipo é inesgotável. Com economias débeis, alguns deles suportados quase exclusivamente pelos rendimentos do petróleo, elevados níveis de desigualdade social, uma administração pública ineficiente e corrupta, e taxas de desemprego elevadas em particular nas camadas mais jovens da população, estes estados árabes são governados com mão de ferro, por regimes cuja legitimidade é questionável.

Porém, embora exista um padrão transversal a todos eles, os estados árabes do Norte de África têm particularidades que os diferenciam, aconselhando uma análise mais aprofundada de cada um deles, identificando, em cada uma das dimensões de análise, política, económica e social, as causas que mais terão contribuído para a PA, sintetizando no final do capítulo as suas causas gerais. No Anexo D é apresentada a caracterização política, económica e social dos países em estudo.

⁷ De acordo com *The Guardian – The Path of Protest*. Disponível em <http://www.guardian.co.uk/world/interactive/2011/mar/22/middle-east-protest-interactive-timeline>



a. Argélia

A Argélia é uma república constitucional com um governo democraticamente eleito porém, está classificada como um regime autoritário no *Democracy Index 2011*⁸ (Economist Intelligence Unit, 2011).

Se no que concerne à economia e à estabilidade governativa a situação parecia de certa forma controlada, com níveis médios de crescimento e de inflação embora muito dependente do petróleo e com elevado desemprego (ver Anexo D), no que diz respeito às liberdades e direitos dos cidadãos, a mão autocrática do Estado faz-se sentir. Dessa forma a Argélia tem sido considerada nos relatórios da *Freedom House*⁹ um país *not free*, tanto no Índice de Liberdade (5,5) global, como no exercício de Direitos Políticos (6,0) e na Liberdade de Imprensa (0). Apenas nas Liberdades Cívicas (5,0) obtém a classificação de *Partly Free*. (Freedom House, 2012)

Outro importante indicador é o que mede a percepção da corrupção do Estado, evidenciando a desconfiança dos cidadãos. Utilizando o *Corruption Perceptions Index* produzido pela *Transparency International*¹⁰. Em 2011, a Argélia passou para a 112ª posição (2,9), quando em 2006 ocupava 84ª posição (3,1), o que demonstra uma deterioração da confiança no Estado. (Transparency International, 2012)

Há ainda que efetuar algumas considerações sobre o Índice de Desenvolvimento Humano¹¹. De acordo com o HDR 2011, a Argélia encontra-se na posição 96ª do *ranking* (0,698), tendo melhorado duas posições desde 2006, com um ritmo de crescimento de 1,03% ao ano durante a primeira década do século XXI. É assim, considerado um país com um nível médio de desenvolvimento

⁸ The Economist Intelligence Unit's Index of Democracy 2011 - Ocupa o 130º lugar no *ranking* com 3,44 pontos. Em 2006 ocupava o 132º lugar com 3,17 pontos. Pode ser consultado em <http://www.eiu.com/Default.aspx>.

⁹ Podem ser consultados em <http://www.freedomhouse.org/>.

¹⁰ Pode ser consultado em <http://www.transparency.org/>.

¹¹ Indicador composto, produzido pela UNDP e publicado anualmente no Human Development Report, que conjuga outros indicadores: de esperança de vida à nascença na dimensão da saúde, média de anos de escolaridade na dimensão educação e PIB per capita na dimensão das condições de vida. Serve assim como indicador de referencia para o desenvolvimento social e económico de um país. Pode ser consultado em <http://hdr.undp.org/en/humandev/>.



humano porém, de acordo com os últimos dados disponíveis, em 2006, 25% da sua população vivia abaixo do limiar de pobreza¹². (UNDP, 2012)

b. Egito

O Egito é uma república classificada como um regime híbrido no Democracy Index 2011¹³. (CIA, 2012) (Economist Intelligence Unit, 2011)

A situação económica do Egito, não dependente do petróleo, caracterizava-se por um elevado crescimento porém, com uma taxa de inflação muito elevada assim como os níveis de desemprego (ver Anexo D)

Nos relatórios da *Freedom House*, o Egito tem vindo a ser considerado um país *not free*, tanto no Índice de Liberdade (5,5) global, como no exercício de Direitos Políticos (6,0) e na Liberdade de Imprensa (0). Apenas nas Liberdades Civas (5,0) obtém a classificação de *Partly Free*. (Freedom House, 2012)

Quanto à percepção da corrupção do Estado, em 2011, o Egito passou para a 112ª posição (2,9) no *Corruption Perceptions Index*, quando em 2006 ocupava 70ª posição (3,3), o que demonstra uma forte deterioração da confiança no Estado. (Transparency International, 2012)

No que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento Humano e de acordo com o HDR 2011, o Egito encontra-se na posição 113ª do ranking (0,644), tendo melhorado 2 lugares desde 2006, com um ritmo de crescimento de 0,88% ao ano durante a primeira década do século XXI. É assim, considerado um país com um nível médio de desenvolvimento humano (UNDP, 2012) porém, de acordo com os últimos dados disponíveis, em 2005, 20,0% da sua população vivia abaixo do limiar de pobreza. (CIA, 2012)

c. Líbia

A Líbia, durante o regime de Muammar Qadhafi, estava classificada como um regime autoritário no Democracy Index 2011¹⁴. (Economist Intelligence Unit, 2011)

¹² O limiar de pobreza está definido para cada país, podendo variar em função do nível de desenvolvimento.

¹³ The Economist Intelligence Unit's Index of Democracy 2011 - Ocupa o 115º lugar no *ranking* com 3,95 pontos. Em 2006 ocupava o 115º lugar com 3,90 pontos mas era considerado um regime autoritário. Pode ser consultado em <http://www.eiu.com/Default.aspx>.



A economia Líbia, muito dependente do petróleo, apresentava um elevado crescimento, uma taxa de inflação média e níveis de desemprego muito elevados (ver Anexo D).

Nos relatórios da *Freedom House*, a Líbia tem sido considerada *not free*, tanto no Índice de Liberdade (7,0) global, como no exercício de Direitos Políticos (7,0), nas Liberdades Civas (7,0) e na Liberdade de Imprensa (0). (Freedom House, 2012)

Em 2011, a Líbia passou para a 168^a posição (2,0) no *Corruption Perceptions Index*, depois de em 2006 ocupar a 105^a posição (2,7), o que demonstra uma acentuada deterioração da confiança no Estado. (Transparency International, 2012)

De acordo com o HDR 2011, a Líbia encontra-se na posição 64^a do ranking (0,760) do Índice de Desenvolvimento Humano, tendo melhorado 5 posições desde 2006. É assim, considerado um país com um nível elevado de desenvolvimento humano. (UNDP, 2012)

d. Marrocos

O Reino de Marrocos é uma monarquia constitucional e está classificado como um regime autoritário no Democracy Index 2011¹⁵ (Economist Intelligence Unit, 2011).

Marrocos tem conseguido manter a sua economia estável, com bons níveis de crescimento contínuo, reduzida inflação e crescente competitividade, embora com elevados níveis de desemprego (ver Anexo D).

Nos relatórios da *Freedom House*, Marrocos tem sido considerado *partly free*, tanto no Índice de Liberdade (4,5) global, como no exercício de Direitos Políticos (5,0), nas Liberdades Civas (4,0), no entanto, em termos de Liberdade de Imprensa é considerado *not free* (0). (Freedom House, 2012)

Marrocos, em 2011, passou para a 80^a posição (3,4) quanto ao *Corruption Perceptions Index*, quando em 2006 ocupava 79^a posição (3,2), o que demonstra

¹⁴ The Economist Intelligence Unit's Index of Democracy 2011 - Ocupa o 125º lugar no *ranking* com 3,55 pontos. Em 2006 ocupava o 161º lugar com 1,84 pontos. Pode ser consultado em <http://www.eiu.com/Default.aspx>.

¹⁵ The Economist Intelligence Unit's Index of Democracy 2011 - Ocupa o 119º lugar no *ranking* com 3,83 pontos. Em 2006 ocupava o 115º lugar com 3,90 pontos. Pode ser consultado em <http://www.eiu.com/Default.aspx>.



uma pequena deterioração da confiança no Estado. (Transparacy International, 2012)

No que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento Humano e de acordo com o HDR 2011, Marrocos encontra-se na 130ª posição do ranking (0,582), a mesma que em 2006, sendo considerado um país com um nível médio de desenvolvimento humano. (UNDP, 2012)

e. Tunísia

A Tunísia é uma república classificado como um regime híbrido no Democracy Index 2011¹⁶ (Economist Intelligence Unit, 2011).

Com a prosperidade económica e o nível de vida relativamente elevado (ver Anexo D), a maioria do povo tunisino estabeleceu um pacto de silêncio com Ben Ali: mantinham a qualidade de vida em troca de fecharem os olhos às prepotências infligidas pelo regime a quem discordava, para todos os efeitos seria uma minoria. Outro factor também levava alguns tunisinos a apoiarem o regime: o receio dos Islamitas. Estes dois factores, conjugados com o facto de socialmente o povo tunisino ser moderado, tolerante e educado, possibilitou a manutenção do *status quo* do regime. (Goldstein, 2011)

Nos relatórios da *Freedom House*, a Tunísia tem sido considerada *not free*, tanto no Índice de Liberdade (6,0) global, como no exercício de Direitos Políticos (7,0) e na Liberdade de Imprensa, no entanto, em termos de Liberdades Civis (5,0) é considerado *partly free*. (Freedom House, 2012)

Quanto à percepção da corrupção do Estado, a Tunísia passou para a 73ª posição (3,8) no *Corruption Perceptions Index*, em 2011, quando em 2006 ocupava a 51ª posição (4,6), o que demonstra uma elevada deterioração da confiança no Estado. (Transparacy International, 2012)

Ainda com base no HDR 2011, no que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento Humano, a Tunísia encontra-se na posição 130ª do ranking (0,582), tendo mantido essa posição desde 2006. É assim, considerado um país com um nível médio de desenvolvimento humano. (UNDP, 2012)

¹⁶ The Economist Intelligence Unit's Index of Democracy 2011 - Ocupa o 92º lugar no *ranking* com 5,53 pontos. Em 2006 ocupava o 135º lugar com 3,06 pontos. Pode ser consultado em <http://www.eiu.com/Default.aspx>.



Da caracterização diferenciada que fizemos para cada país em estudo, cujo resumo se apresenta no Quadro 3, mostra-se evidente que, apesar dos diferentes tipos de organização política do Estado, dos diferentes modelos de organização política e dos diferentes estádios de desenvolvimento económico e social, existem alguns factores transversais em todos eles que poderão ser considerados como as principais causas da PA.

Quadro 3 – Resumo dos principais indicadores analisados.

Dimensão	Indicador	País				
		Argélia	Egito	Líbia	Marrocos	Tunísia
Política	Democrático	Autoritário	Híbrido	Autoritário	Autoritário	Híbrido
	Liberdade Global	<i>Not Free</i>	<i>Not Free</i>	<i>Not Free</i>	<i>Partly Free</i>	<i>Not Free</i>
	Liberdades Cíveis	<i>Partly Free</i>	<i>Partly Free</i>	<i>Not Free</i>	<i>Partly Free</i>	<i>Partly Free</i>
	Direitos Políticos	<i>Not Free</i>	<i>Not Free</i>	<i>Not Free</i>	<i>Partly Free</i>	<i>Not Free</i>
	Liberdade de Imprensa	<i>Not Free</i>	<i>Not Free</i>	<i>Not Free</i>	<i>Not Free</i>	<i>Not Free</i>
	Corrupção Percepcionada	Muito Elevada	Muito Elevada	Muito Elevada	Elevada	Elevada
Económica	Crescimento	Médio	Elevado	Elevado	Elevado	Elevado
	Dependência do Petróleo	Elevada	Baixa	Elevada	Baixa	Baixa
	Inflação	Média	Elevada	Média	Baixa	Média
Social	Desemprego	Elevado	Elevado	Elevado	Elevado	Elevado
	Pobreza	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada	Baixa
	Desenvolvimento Humano	Médio	Médio	Elevado	Médio	Médio

Apesar de se poder considerar que a situação económica, aparenta alguma vitalidade, com crescimentos do PIB elevados, apresenta algumas debilidades. A dramática escalada nos últimos anos no preço dos alimentos e no custo da energia teve um impacto direto nas populações a viver já no limiar de pobreza. A elevada dependência da economia do petróleo na Argélia e na Líbia e as significativas taxas de inflação, aliadas à dificuldade de atrair investimento estrangeiro e de o aplicar corretamente em investimentos produtivos, conduz a situações de iniquidade amplamente refletidas nos indicadores sociais.

Uma das causas sociais apontada, foi o elevado nível de desemprego, em especial nos jovens, facto que poderá ainda agravar-se no futuro, se considerarmos que a região apresenta entre 25% a 35% da população com idades até 15 anos e taxas de crescimento real da população entre 1% e 2% ao ano (CIA, 2012). Outra causa social direta foi a grande



percentagem de população no limiar da pobreza, resultante da desigualdade na distribuição dos rendimentos, privilegiando uma elite minoritária, levando a situações explosivas em termos sociais.

Estas questões sociais têm grande nexos de causalidade na dimensão política da situação. Na verdade, dos indicadores analisados, todos eles são negativos e implicam uma forte repressão das liberdades e garantias fundamentais do homem e, por maioria de razão, dum Estado de Direito. Em estados autocráticos, muito embora alguns deles se intitulem repúblicas e possuam instituições supostamente representativas do povo, em que as liberdades civis e de expressão, os direitos políticos e o direito à justiça são cerceados constantemente, diz-nos a história da humanidade, que é uma questão de tempo até a revolta acontecer. São as verdadeiras patologias políticas do Estado, “a pequena, média e grande corrupção ativa e passiva; o nepotismo, tribalismo e outras formas de favorecimento pessoal ou de grupo; o peculato e o enriquecimento ilícito; o tráfico de influências; a exportação ilegal de fortunas e a evasão fiscal” (Rogeyro, 2011), que vão fervendo no caldeirão do descontentamento, agravadas pela “esclerose dos regimes” (Rogeyro, 2011) que se consubstancia no demasiado tempo de permanência no poder e na idade avançada dos seus detentores, resultando inevitavelmente, em perda da competência, diminuição da capacidade de decisão, falta de rapidez e perspicácia de atuação. Resulta, como se tem visto, em posicionamentos autistas, incapazes de reconhecer o momento histórico, tentando perpetuar, através da força, situações insustentáveis.

Se envolvermos este conjunto de causas, na moldura atual da globalização mundial e da era da informação e do conhecimento, percebemos aquilo a que muitos autores se referem como os “catalisadores da PA”. Para além disso, a disseminação e democratização da internet e das redes sociais, autênticos canais e instrumentos utilizados para veicular toda a informação, em ambos os sentidos, faz acordar mentes adormecidas na ignorância da realidade. Em particular, pela ação dos jovens, tecnicamente evoluídos na utilização deste potente veículo, e também pelo papel dos emigrantes árabes, na Europa e no mundo, em número crescente e com níveis de integração cada vez maiores nas sociedades em que se inserem, partilhando o conhecimento sobre outras formas de vida. Uma última palavra para a mediatização de todos os conflitos árabes, em grande parte assegurados pela cadeia televisiva do Qatar, *Al Jazeera*. (Rogeyro, 2011)



4. Desafios e ameaças para a União Europeia no pós Primavera Árabe

A UE tem sido acusada de não ter percebido, e tardiamente ter reagido, à Primavera Árabe. Apesar de ter incorporado na sua estratégia de segurança e na sua política de vizinhança o princípio, que parece estar a ser comprovado pelos acontecimentos recentes, de que apenas através da segurança, prosperidade, liberdade e igualdade garantida aos seus cidadãos, os governos podem estabelecer e manter a paz, a sua atuação junto dos países do sul do Mediterrâneo tem sido titubeante e, no mínimo, muito pouco proactiva. E assim, as populações revoltaram-se mesmo, apesar da política europeia, e não graças a ela. (Biscop et al., 2012)

Qual o caminho a seguir pela UE? Neste momento de crise económica e financeira, como poderá a PEV ser eficaz, contribuindo para a manutenção da paz e estabilidade na região do sul do mediterrâneo?

Ao longo deste capítulo faremos uma reflexão, sempre balizada pelo objecto e âmbito deste trabalho, sobre a envolvente estratégica da UE, perspetivando as consequências previsíveis decorrentes da PA e o seu impacto na PEV.

Em 2006, o *Institute for Security Studies*, identificou as tendências de longo prazo que afetariam a UE em termos de demografia, economia, energia, ambiente e tecnologia, que iremos sintetizar nos parágrafos seguintes. (Gnesotto & Grevi, 2006)

A população da UE permanecerá estável, com um crescimento quase residual de 2% e, em 2025, representará apenas 6% da população mundial. Em contrapartida, nos países em desenvolvimento, a população manter-se-á relativamente jovem, aumentando a força de trabalho disponível, colocando conseqüentes pressões nos mercados. Os fluxos migratórios para a UE terão tendência a estabilizar, dependendo do desempenho das economias vizinhas e das políticas de emigração da UE.

Apesar de algumas tentativas protecionistas, a globalização económica vai intensificar-se. A EU manter-se-á como economia dominante, descentralizando as suas indústrias de trabalho intensivo para as novas potências económicas emergentes como a China e a Índia. Embora se preveja um aumento para o triplo do PIB dessas economias, ficará ainda muito abaixo dos países da OCDE, subsistindo uma grande iniquidade na distribuição da riqueza.

Em 2030 as necessidades energéticas serão 50% superiores às de hoje com maior crescimento nas economias em desenvolvimento. Os combustíveis fósseis suprirão 81%



das necessidades, com o petróleo, seguido do gás natural, como principais fontes. A quota de energia nuclear deverá diminuir nos países desenvolvidos mas aumentar nos países em desenvolvimento, ao contrário das energias renováveis que deverão aumentar nos países desenvolvidos. Prevendo-se um aumento da procura em ritmo superior ao aumento da oferta, os preços da energia sofrerão uma pressão em alta. Mesmo considerando o investimento nas energias alternativas, a dependência energética da UE em 2020 passará a ser de 70%. (Leal, 2010)

O aquecimento global irá continuar e, embora possa ser mitigado, não pode ser detido. O seu impacto será mais acentuado nas zonas áridas de África onde se assiste a uma industrialização e ao crescimento de grandes aglomerados urbanos.

Por fim, no que concerne à tecnologia, as tecnologias de informação continuarão a crescer, assistir-se-á a um avanço considerável no que diz respeito à nanotecnologia e à biotecnologia, contribuindo para uma melhoria generalizada das condições de vida da humanidade.

Analisando estas tendências de evolução da situação mundial e em particular da UE, resultam diversos desafios a ter em conta num futuro próximo.

As questões demográficas terão um forte impacto no envelhecimento da força de trabalho na Europa, trazendo dificuldades na sustentabilidade dos atuais modelos de segurança social. Por outro lado, a diminuição da população ativa atrairá fluxos migratórios do Norte de África, necessários à Europa, mas perigosos se não controlados, em especial quanto às questões da emigração ilegal e da criminalidade associada.

A tendência de intensificação da globalização e da deslocalização das indústrias de trabalho intensivo para as economias emergentes, com custos de produção mais reduzidos, conduz a uma diminuição da procura de trabalho pouco qualificado na Europa. Se considerarmos que a emigração proveniente dos países do Norte de África é, sobretudo, pouco qualificada e se dirige para os países do sul, confrontados com a grave crise das dívidas soberanas, com cortes orçamentais e diminuições drásticas nos níveis de investimento produtivo, dificilmente encontrará trabalho, engrossando uma população em dificuldades económicas e descontente, que poderá tomar o exemplo das revoltas nos seus países e criar situações de insegurança, como aliás já tem acontecido em França e Reino Unido.

Com as necessidades energéticas da UE a aumentarem e muito baseadas em combustíveis fósseis, acentua-se a dependência do Norte de África (33% de petróleo e 20%



de gás natural), cuja instabilidade faz aumentar de imediato o preço da energia e induz também aumentos nos preços dos alimentos e conseqüentemente agrava as condições económicas. (Silva, 2011, p.158) No entanto, tem o efeito positivo de contribuir para contrabalançar a dependência energética da Rússia.

Questões ambientais como as alterações climáticas decorrentes do aquecimento global, intensificarão os já existentes problemas no abastecimento de água com efeitos sensíveis na poluição, nos países do Norte de África. A industrialização e crescimento de grandes aglomerados urbanos, colocarão grande pressão poluidora, sanitária e de segurança alimentar. Pela sua proximidade estes problemas ambientais afetarão a UE.

O desenvolvimento tecnológico e a generalização da utilização da tecnologia tem todas as condições para potenciar efeitos positivos no desenvolvimento da UE. O desafio colocar-se-á no combate à criminalidade e ao ciber-terrorismo.

Para além dos anteriormente referidos, outros desafios de cariz mais político e diplomático poderão advir.

A história lembra-nos que muitas revoluções do tipo da PA, acabam em novos regimes autoritários depois de tentativas frustradas de fações moderadas instituírem sistemas democráticos, muitas vezes por dificuldades políticas, económicas ou de segurança. (Salem, 2011) Mas outras possibilidades de tipo híbrido poderão acontecer entre democracias e autocracias. Uma delas, de particular interesse para a PA, é a democracia de inspiração religiosa, personificada nos partidos islâmicos moderados em ascensão na região. Tais partidos, como o Nahda na Tunísia ou a Irmandade Muçulmana no Egito, têm que participar num processo de transição que satisfaça a vontade de democracia e ambição pelo Estado de Direito da população da região, de outra forma esses processos não serão credíveis. (Vasconcelos, 2011) Situações mais críticas poderão derivar em cenários de verdadeiros estados falhados, com graves conseqüências para a segurança regional. (Biscop et al., 2012, pp.5-9) Nesta perspectiva, poderão ocorrer três cenários políticos na região: serão instaurados regimes democráticos, serão instauradas novas ditaduras mascaradas de democracias ou ascenderão ao poder movimentos radicais de inspiração fundamentalista islâmica. A UE deve colocar a sua experiência política nas transições de regimes fascistas para democracias republicanas, de monarquias absolutas para constitucionais, à disposição dos seus vizinhos. O primeiro cenário, o mais desejado pela UE, não poderá ser imposto, mesmo que de forma indireta, terão que ser os países a



criar os seus próprios modelos democráticos, com base nos valores ocidentais mas sem descuidar a sua cultura e a vontade do seu povo. (Silva, 2011, pp.149-50)

Quanto ao relacionamento futuro entre a UE e os parceiros do sul do mediterrâneo, as iniciativas oficiais mais recentes da UE (ENPI, 2012) têm revelado uma remodelação doutrinária envolvendo uma mais acentuada diferenciação entre os parceiros e a imposição de condições que constituirão patamares sequenciais de integração crescente. Entre essas iniciativas estão o Programa SPRING¹⁷, o programa de apoio especial à Tunísia¹⁸, o programa *Erasmus Mundus*¹⁹ e o programa *Neighbourhood Civil Society Facility*²⁰. O objectivo final poderia ser a criação de uma vasta área económica Euro-Mediterrânica privilegiada, que beneficiaria a UE na medida em que traria maior crescimento económico, maior disponibilidade de recursos humanos e maior segurança energética. (Biscop et al., 2012, pp.5-9) Como já vimos, a PA teve fortes causas na situação socioeconómica desesperada das populações. À semelhança do que aconteceu com a Europa no pós guerra e com a Europa de leste após o colapso da União Soviética, os países árabes do Norte de África poderiam beneficiar uma parceria estratégica mais ampla que permitisse níveis elevados de crescimento e criação de emprego, assegurando a transição política sem o regresso a novas formas de autoritarismo, reduzindo a emigração para a Europa e fortalecendo as relações mediterrânicas. (Salem, 2011)

Do que se tem assistido durante a PA, o papel que as forças militares têm desempenhado pode ser enquadrado em três grandes grupos: o primeiro, como na Argélia e Marrocos, em que os militares permanecem leais ao poder instituído e controlam, com ações mais ou menos violentas, as manifestações; o segundo, observado na Tunísia e no Egito, em que os militares se colocam do lado dos revoltosos para forçar a resignação do poder instituído; o terceiro, caso da Líbia, em que se assiste a uma verdadeira divisão entre os militares com muitos deles desertando e juntando-se aos revoltosos. (Biscop et al., 2012,

¹⁷ Support for Partnership, Reform and Inclusive Growth. Adotado em Setembro de 2011 no valor de €350 milhões, com o intuito de dar resposta aos desafios socioeconómicos dos países do sul do mediterrâneo, apoiando a transição para a democracia, e que ocorrerá em 2011 e 2012, inicialmente na Tunísia, Egito e Marrocos. Este programa será implementado com base no princípio *More for More*, significando que o apoio será incrementado em função dos resultados alcançados na transição para a democracia, quanto mais rápida for maior será o apoio dado.

¹⁸ Uma medida especial de apoio às áreas pobres da Tunísia, no montante de €20 milhões, para criação de emprego, melhoria das condições de vida e acesso ao microcrédito.

¹⁹ O programa *Erasmus Mundus*, com um orçamento de €66 milhões, pretende facilitar a mobilidade de estudantes universitários para universidades europeias.

²⁰ O programa *Neighbourhood Civil Society Facility*, desenhado para fortalecer a capacidade da sociedade civil promover as reformas e aumentar a responsabilização pública, no valor de €22 milhões.



pp.5-9) Também no campo securitário, a UE tem que ter consciência e mostrar-se disponível para garantir assistência efetiva que poderá mesmo passar por intervenções ocasionais. Sobretudo, é fundamental trabalhar em conjunto com os Estados e as forças de segurança dos países em transição política, por forma a impedir tomadas de poder por grupos armados e estabilizando a situação até à passagem definitiva para as autoridades civis eleitas. (Salem, 2011)

Assim, será importante que a UE coloque de lado definitivamente as preocupações sobre o islamismo e apoie as transições democráticas em curso através de todas as ferramentas e experiência disponível, tendo sempre a preocupação de evitar interferir diretamente nas livres escolhas dos países árabes. Na revisão das suas políticas de cooperação económica, a prioridade deverá incidir na reforma do sistema político e judicial, seguida da promoção da criação de emprego e a participação na construção de infraestruturas como terceira prioridade. Será um processo moroso e dispendioso porém, as consequências negativas de não o fazer, resultarão mais caras e gravosas. Na concretização destas prioridades, especificamente no âmbito da PEV, por forma a torna-la mais eficaz, deverá ser apoiada a organização dos processos eleitorais e monitorizados os seus resultados, no respeito da vontade popular; reforçados financeiramente os programas de reforma política e judicial, através da revisão dos NIP de cada país; e conceder o estatuto avançado aos estados mais empenhados nas reformas democráticas. (Vasconcelos, 2011)

É claro que, para ser bem sucedida, toda a intervenção e apoio por parte da UE terá que contar com o empenhamento dos governos resultantes das transições iniciadas com a PA e, fazendo uma generalização sempre arriscada, devido às já referidas especificidades de cada país, existem fatores que devem ser equacionados. Os acontecimentos provam que, mais importantes do que os números das estatísticas oficiais, muitas vezes limitados e pouco confiáveis, o que mais contribui para a pacificação do povo é a sua percepção da melhoria da situação económica, do aumento da equidade, da diminuição dos limiares de pobreza e na melhoria do estatuto da classe média. Situação semelhante acontece no emprego, tão importante quanto a criação de postos de trabalho é que sejam de qualidade e contribuam para o aumento efetivo do poder de compra. A aposta numa educação de qualidade e direcionada para as necessidades reais do país, a par da resolução das desigualdades de género, aumenta a base da força de trabalho qualificada. A aposta em serviços públicos eficientes e de qualidade, aumentam a satisfação e sentimento de proteção dos cidadãos, ao mesmo tempo que diminuem o esforço financeiro do Estado e



libertam fundos para dinamizar a iniciativa privada. Uma aposta no sector primário, aumentando a sua produtividade e rentabilidade, reduz a dependência externa em bens alimentares e atenua as questões da distribuição demográfica e povoamento do território. A tentativa de resolver os problemas do terrorismo e do crime organizado, podem levar à adoção de medidas de exceção, limitadoras da liberdade, pelo que devem procurar a dimensão apropriada das forças de segurança e garantir o acesso aos tribunais, combatendo a corrupção a todos os níveis, que mina o estado de direito e afeta a segurança da economia e dos cidadãos. Por fim, a questão da comunicação. Muitos governos ainda tentam limitar ou controlar o acesso aos *media* e à internet, mas isso apenas leva as pessoas a procurar fontes alternativas, reforçando os padrões de revolta e desacreditando as lideranças. (Cordesman, 2011, pp.3-5)

Embora fora do âmbito deste trabalho, parece-nos incontornável que a estabilização política e o crescimento económico não serão possíveis sem que estejam mitigadas duas questões prementes: o conflito Israelo-Árabe e o Irão nuclear. Qualquer deles poderá sempre envenenar os esforços de transição na região e facilitar o reaparecimento de grupos extremistas aproveitando a questão Palestiniana e pondo em causa a segurança no Golfo. (Silva, 2011, p.158)



5. Comparação e discussão dos resultados

Neste capítulo efetuamos a análise e discussão dos resultados, respondendo a cada uma das questões derivadas com base na investigação desenvolvida e apresentada nos capítulos precedentes. De seguida desenvolvemos o teste das hipóteses identificadas e, por fim, respondemos à nossa questão de partida.

a. Resposta às questões derivadas

Recordemos a primeira:

QD1: Como se caracteriza o conceito de segurança plasmado na Estratégia Europeia em Matéria de Segurança e de que forma a Política Europeia de Vizinhança se enquadra nessa estratégia?

Como discutido no primeiro capítulo, o conceito de segurança da UE, que está evidenciado de forma indireta na EEMS, situa-se entre o conceito tradicional e o conceito alargado da segurança humana. O conceito tradicional, vestefaliano, tem como referente o Estado e como objecto a sua própria integridade e segurança, elegendo como principais ameaças potenciais: as agressões e ingerências externas de outros Estados, a proliferação nuclear e a desordem civil. O conceito da segurança humana, da UNDP, por sua vez, estabelece o enfoque na liberdade e segurança do indivíduo, considerando como ameaças potenciais: a pobreza, a doença, as catástrofes ambientais, as violações dos direitos humanos, a violência e a repressão.

No conceito de segurança que consideramos estar subjacente à EEMS, o objecto é a UE e tem como finalidade a sobrevivência política e o bem estar da comunidade, que assume como valores e interesses vitais, alargando assim a dimensão tradicional da aplicação do instrumento militar, aos outros instrumentos de poder como o diplomático, o político e o económico, abrangendo igualmente outras ameaças e riscos, tendo em consideração as características próprias da comunidade e as circunstâncias concretas da sua aplicação.

Um dos objectivos da EEMS é a garantia da sua própria segurança através de uma vizinhança segura, procurando esse desiderato através do apoio à implementação de reformas políticas, económicas e sociais interligadas e de parcerias de cooperação na área da segurança com os países vizinhos.

A PEV é precisamente o instrumento da UE para abarcar os interesses e desejos dos países vizinhos e das esperanças, expectativas e receios dos seus



cidadãos, relativamente aos “novos” desafios e ameaças, promovendo a boa governação, o desenvolvimento económico e social, a modernização e as reformas estruturais nestes países.

Recordemos a segunda:

QD2: De que forma a PEV contribuiu para o desenvolvimento político, económico e social dos países do Norte de África?

O modelo de parcerias adoptado pela PEV, permite aos países uma integração política e económica mais profunda com a UE, e atua em diversos sectores, tais como: o diálogo político e as reformas das instituições; a cooperação e o desenvolvimento económico e social; as questões ligadas ao comércio, ao mercado e à reforma do quadro regulamentar; a cooperação em matéria de justiça, liberdade e segurança; as questões sectoriais da energia, transportes, ambiente e I&D; a dimensão humana, na saúde pública e na educação.

Claro que, como ficou demonstrado, o grau de cooperação e de integração atingido varia nos países estudados. Um recente inquérito de opinião levado a cabo pelo *Centre for European Policy Studies* (CEPS), em 2010, aos seus membros e leitores, revelava que apenas 38,6% considerava muito ou moderadamente satisfatórios os resultados atingidos pela PEV ao longo de cinco anos, com a maioria, 59% a considerar que teve pouco ou nenhum impacto e mesmo 2,4% que consideraram a PEV contraproducente para os objectivos nela definidos. Os resultados da PEV frustraram muitos dos que esperavam uma política mais integracionista e não tanto apenas cooperativista.

Recordemos a terceira:

QD3: Quais as causas políticas, económicas e sociais da Primavera Árabe?

Podemos genericamente considerar como causas políticas a forte repressão das liberdades e garantias fundamentais da população, com as liberdades civis e de expressão, os direitos políticos e o direito à justiça, constantemente cerceados. Outras causas, resultam da corrupção ativa e passiva, do nepotismo e outras formas de favorecimento, do peculato, do enriquecimento ilícito e do tráfico de influências, agravadas pelo demasiado tempo de permanência no poder conduzindo à estagnação e inação dos seus detentores.

Nas causas económicas encontramos: a dramática escalada nos últimos anos do preço dos alimentos e do custo da energia, que teve um impacto direto nas



populações a viver já no limiar de pobreza; a elevada dependência da economia do petróleo na Argélia e na Líbia; e as elevadas taxas de inflação, aliadas à dificuldade em atrair investimento estrangeiro e de o aplicar corretamente em investimentos produtivos. Estes factores conduziram a situações de iniquidade, amplamente refletidas nos indicadores sociais.

No que diz respeito às causas sociais, uma delas, foi o elevado nível de desemprego, em especial nos jovens, e outra causa direta, resulta da grande percentagem de população no limiar da pobreza, fruto da desigualdade na distribuição dos rendimentos privilegiando-se uma elite minoritária, levando a situações explosivas em termos sociais.

Recordemos a Quarta:

QD4: Quais as alterações decorrentes da Primavera Árabe para os desafios e ameaças da União Europeia?

Depois de analisadas as tendências de evolução da situação mundial e em particular da UE, resultam diversos desafios a ter em conta num futuro próximo: as questões demográficas e as implicações que terão no envelhecimento da força de trabalho na Europa, na crescente necessidade de financiamento da segurança social, na gestão dos fluxos migratórios necessários para a Europa mas perigosos se incontrolados; as questões energéticas que se prendem com o crescimento do consumo mas também com a estabilidade da oferta; as questões ambientais e as alterações climáticas; as questões do avanço tecnológico e da sua disponibilização para o bem e para o mal.

A UE deve colocar à disposição dos seus vizinhos a sua experiência política nas transições dos regimes para a democracia, mas sobretudo, é fundamental trabalhar em conjunto com os Estados e as forças de segurança desses países, por forma a impedir tomadas de poder por grupos armados e estabilizando a situação até à passagem definitiva para as autoridades civis eleitas.

No fundo, mantêm-se os desafios e ameaças identificadas na EEMS, “alguns tornaram-se mais agudos, todos eles se tornaram mais complexos”.

b. Teste de hipóteses

Com base nas respostas até aqui encontradas, vamos seguidamente testar as hipóteses apresentadas.

Recordemos a primeira hipótese:



H1: O conceito de segurança adotado pela Estratégia Europeia em Matéria de Segurança não está limitado à dimensão militar.

Conforme a resposta à QD2, no conceito de segurança que consideramos estar subjacente à EEMS, a finalidade da sobrevivência política e do bem estar da comunidade, é prosseguida através da aplicação do instrumento militar mas também dos outros instrumentos de poder como o diplomático, o político e o económico.

Consideramos assim validada a H1.

Recordemos a segunda hipótese:

H2: A Política Europeia de Vizinhança é um instrumento que se enquadra nos objectivos da Estratégia Europeia em Matéria de Segurança.

Como vimos na resposta à QD1, um dos objectivos da EEMS é a garantia da sua própria segurança, procurando uma vizinhança segura, através do apoio à implementação de reformas políticas, económicas e sociais, e de parcerias de cooperação na área da segurança com os países vizinhos.

Ainda na QD1, verificamos que a PEV é o instrumento da UE para promover a boa governação, o desenvolvimento económico e social, a modernização e as reformas estruturais dos países vizinhos. Desta forma é criada a estabilidade necessária para garantir uma vizinhança segura.

Consideramos assim estar validada a H2.

Debruçamo-nos agora sobre a terceira hipótese:

H3: A implementação da Política Europeia de Vizinhança alcançou os objetivos da Estratégia Europeia em Matéria de Segurança.

Na resposta à QD2 consideramos que a PEV tinha por objectivos o diálogo político e as reformas das instituições; a cooperação e o desenvolvimento económico e social; as questões ligadas ao comércio, ao mercado e à reforma do quadro regulamentar; a cooperação em matéria de justiça, liberdade e segurança; as questões sectoriais da energia, transportes, ambiente e I&D; a dimensão humana na saúde pública e educação.

Por outro lado, na resposta à QD3 enumeramos causas políticas, económicas e sociais que se enquadram nas áreas de atuação da PEV.



Claro que, as revoltas da PA demonstraram que não existia a desejada estabilidade e desenvolvimento nos países em estudo, por forma a evitar a violência dos confrontos.

Assim, se considerarmos que os objectivos da EEMS são uma vizinhança segura para a UE, a instabilidade vivida e que ainda não terminou completamente, não permite validar a H3.

Debruçamo-nos agora sobre a quarta hipótese:

H4: Com a Primavera Árabe surgiram novos desafios que implicam uma adequação da Política Europeia de Vizinhança.

Conforme discutimos ao longo do presente estudo e afirmamos na resposta à QD4, a envolvente estratégica da UE não se alterou de forma radical e as tendências de evolução da situação mundial permanecem atuais. Como dissemos, os desafios e ameaças à segurança europeia que passam pela proliferação de armas de destruição massiva, pelo terrorismo e crime organizado transnacional, os conflitos regionais, o fracasso dos estados, mantêm-se atuais, mas as teias de relações entre os atores e as implicações geopolíticas e geoestratégicas tornaram-se mais complexas.

Mantêm-se também os objectivos da EEMS, no que diz respeito à criação e promoção da estabilidade dentro e fora das fronteiras da UE, à construção de uma Europa mais efetiva e mais capaz, empenhada com os seus vizinhos e promovendo um efetivo multilateralismo.

Foram porém acrescentados novos desafios como a ciber-segurança, a segurança energética e as alterações climáticas.

Por estas razões consideramos que, embora na sua essência os princípios da PEV se mantenham adequados a este quadro, entendemos que deverá ser reajustada a sua forma de implementação.

Consideramos assim validada a H4.

c. Questão de Partida

Assim chegamos ao momento de resposta à nossa questão de partida, a qual recordamos:

Qual o impacte na Política Europeia de Vizinhança dos novos desafios criados pela Primavera Árabe, à luz do conceito de segurança adoptado pela Estratégia Europeia em Matéria de Segurança?



Para responder à nossa questão, utilizaremos as respostas dadas às questões derivadas e as hipóteses validadas para inferir o impacto da PA na PEV.

Na resposta à QD1 concluímos que a PEV era um instrumento da UE que contribuía para a boa governação, o desenvolvimento económico e social, a modernização e as reformas estruturais dos países do Norte de África, indispensáveis para a sua estabilização política, económica e social, criando uma vizinhança segura, definida como um dos objectivos da EEMS. Na resposta à QD2 concluímos que os resultados da PEV ficaram aquém das expectativas para os países do Norte de África uma vez que os apoios prestados não tiveram consequências reais em termos de integração. Validámos posteriormente as hipóteses H1 e H2 com base nestas respostas.

Através da comparação entre os objectivos da PEV e as causas da PA enumeradas na resposta à QD3, não validámos a hipótese H3 porque consideramos não ter atingido os objectivos da EEMS. Também na resposta à QD4 consideramos que os desafios da EEMS se tornaram mais agudos e complexos e no teste da H4, concluímos que esses “novos” desafios implicam a adequação da PEV.

Ficou claro que os objectivos da PEV, de fortalecer a prosperidade, estabilidade e segurança da vizinhança europeia se mantêm inalterados e que, devido às especificidades de cada país vizinho, o modelo de parcerias bilaterais continua a ser o mais adequado. Assim, o maior impacto da PA na PEV será ao nível da aplicação das ferramentas, da alteração da prioridade dos objectivos e da avaliação da sua implementação.

Relativamente ao primeiro aspecto, as rápidas transformações em curso nos países do Norte de África exigem da UE uma mais rápida e flexível resposta, agilizando os processos de decisão e implementação. Um melhor direccionamento no sentido das necessidades diferenciadas de cada um, reduzindo ineficácias e ineficiências. O aprofundamento do comprometimento das partes através da responsabilização mútua no prosseguimento dos programas. O estabelecimento de um regime incentivador, premiando os resultados obtidos com uma cada vez maior integração europeia. Por fim, um reforço do financiamento, mesmo tendo em conta as dificuldades que atravessam a UE.

Quanto ao segundo aspecto, ficou demonstrado que, embora necessário e urgente, o apoio económico e social não é suficiente para os países do sul do



Mediterrâneo. O apoio a prestar no âmbito da PEV, tem que ser prioritariamente direcionado no sentido da consolidação de regimes de inspiração democrática, isto é, respeitando os valores universais dos direitos humanos do Estado de Direito. Só assim se poderão criar as bases para o desenvolvimento económico e social sustentável.

No que diz respeito ao terceiro aspecto, é essencial que toda a implementação da PEV seja monitorizada e avaliada, com base em indicadores concretos e mensuráveis, não só para permitir a atribuição dos incentivos de integração, mas acima de tudo, para “acertar a agulha” na implementação dos programas.

Para além deste impacto direto na PEV, consideramos existir a necessidade de uma melhor coordenação e integração com outras iniciativas da UE para a região, como a UfM ou o Diálogo 5+5, o que permitirá alargar o âmbito de aplicação da PEV às áreas da segurança e proteção civil.



Conclusões

Iremos agora efetuar uma revisão das grandes linhas do procedimento metodológico que seguimos, apresentando os contributos para o conhecimento que derivam da realização deste trabalho. De seguida iremos propor possíveis novas linhas de investigação e efetuaremos, dentro do possível, algumas recomendações genéricas.

Toda a investigação efetuada teve como objectivo geral verificar as necessidades de adequação da PEV aos desafios emergentes da Primavera Árabe, e como objectivos específicos enquadrar a PEV no conceito de segurança da EEMS, analisar a evolução da PEV e os seus resultados, bem como as causas da PA, nos países árabes, objecto deste estudo e, por fim, caracterizar o ambiente de segurança para a UE decorrente da PA.

O presente trabalho teve como linha orientadora a seguinte questão de partida:

Qual o impacte na Política Europeia de Vizinhança dos novos desafios criados pela Primavera Árabe, à luz do conceito de segurança adoptado pela Estratégia Europeia em Matéria de Segurança?

Para a sua resposta estruturamos o trabalho em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, centramo-nos no enquadramento conceptual do tema, bem como na caracterização dos fenómenos em estudo, o conceito de segurança da UE, a EEMS e a PEV. Pela análise desenvolvida, concluímos que o conceito de segurança da UE, evidenciado de forma indireta na EEMS, caracteriza-se entre os conceitos de segurança tradicional e de segurança humana. O objecto da segurança é a UE, e tem como finalidade a sobrevivência política e o bem estar da comunidade, assumidos como valores e interesses vitais, alargando assim a dimensão vestefaliana da segurança para além da aplicação do instrumento militar, abrangendo os outros instrumentos de poder como o diplomático, o político e o económico. Verificámos também que a EEMS tem como objectivo a segurança da UE através de uma vizinhança segura, apoiando a implementação de reformas políticas, económicas e sociais interligadas e de parcerias de cooperação com os países fronteiros com a UE alargada. A PEV surge como o instrumento da UE para fortalecer a prosperidade, estabilidade e segurança da vizinhança europeia, promovendo a boa governação, o desenvolvimento económico e social, a modernização e as reformas estruturais.

No segundo capítulo, analisamos o desenvolvimento da PEV em cada país em estudo. Verificámos que o modelo de parcerias adoptado pela PEV, na sequência da



EEMS, permite uma integração aprofundada com a UE em diversas áreas do campo político, económico e social, mas cujo grau de cooperação e de integração atingido, varia nos países estudados. Concluimos que os resultados da PEV foram modestos em relação às expectativas criadas sobre o que deveria ter sido uma política mais integracionista e não apenas cooperativista.

No terceiro capítulo, caracterizamos a PA e identificamos as suas causas económicas, sociais e políticas que se enquadram nas áreas de atuação da PEV. No que concerne às principais causas económicas, por um lado a escalada do preço dos alimentos e do custo da energia teve um impacto direto nas populações a viver já no limiar de pobreza, por outro, a elevada dependência das receitas do petróleo na Argélia e na Líbia, a inflação, a dificuldade em atrair investimento estrangeiro e consequente correta aplicação em investimentos produtivos, levou a situações de desigualdade social. Entre as causas sociais, identificamos como mais relevantes, o elevado nível de desemprego, em especial nos jovens, e a grande percentagem de população a viver no limiar da pobreza, em resultado da desigualdade na distribuição dos rendimentos, privilegiando-se uma elite minoritária. As causas políticas residem na forte repressão das liberdades e garantias fundamentais do homem, desrespeitadoras do Estado de Direito e potenciadoras da corrupção generalizada, do tráfico de influências e do enriquecimento ilícito, agravadas pelo envelhecimento dos regimes e dos seus protagonistas. Concluimos que a disseminação e democratização da internet e das redes sociais, a ação dos jovens tecnicamente evoluídos, o papel dos emigrantes árabes, na Europa e no mundo, e a forte mediatização dos acontecimentos, terão funcionado como facilitadores do alastramento do fenómeno.

No quarto capítulo, identificamos os desafios e ameaças que se colocam à UE no pós PA. Partindo da análise das tendências de evolução da situação mundial e em particular da UE, identificamos os desafios que se colocam num futuro próximo. A estabilização do crescimento da população na Europa provocará um envelhecimento da força de trabalho com consequências negativas para o estado social e obrigará a uma cuidada gestão dos fluxos migratórios, necessários à Europa, mas perigosos se incontrolados. O aumento previsto do consumo energético fará aumentar a dependência de países com forte instabilidade, tornando-se uma ameaça ao desenvolvimento. As questões ambientais e as alterações climáticas derivadas do aquecimento global, com acentuado impacto na disponibilidade da água e um aumento dos níveis de poluição, agravadas pelo crescimento desmesurado de grandes aglomerados urbanos, trarão problemas de saúde e



também ao nível da segurança alimentar. Por fim, o desenvolvimento tecnológico poderá ser benéfico se for empregue no desenvolvimento da humanidade, mas poderá tornar-se um veículo potenciador das novas *cyber* ameaças ou facilitador da criminalidade organizada.

Nesta perspectiva, para fazer face a estas ameaças, a UE deve colocar à disposição dos países da sua vizinhança a experiência política acumulada nas transições dos regimes europeus para a democracia, trabalhando em conjunto com os Estados e as suas forças de segurança, por forma a impedir tomadas de poder por grupos armados, contribuindo assim para a estabilizando da situação até à passagem definitiva para as autoridades civis que vierem a ser eleitas. Concluimos assim que a envolvente estratégica da UE não se alterou de forma radical com a PA. Como dissemos, os desafios e ameaças à segurança europeia que passam pela proliferação de armas de destruição massiva, pelo terrorismo e crime organizado transnacional, os conflitos regionais, o fracasso dos estados, mantêm-se atuais, mas as teias de relações entre os atores e as implicações geopolíticas e geoestratégicas tornaram-se mais complexas. Foram porém introduzidos novos desafios como a *cyber* segurança, a segurança energética e as alterações climáticas. Por estas razões consideramos que deverá ser reajustada a forma de implementação da PEV.

Após o enquadramento do conceito de segurança europeu, da EEMS e da PEV, da caracterização da evolução da PEV até à PA e da caracterização e identificação das causas da PA, efetuamos a análise e discussão dos resultados, respondendo às questões derivadas, efetuando o teste das hipóteses e, por fim, respondendo à questão de partida. Assim concluimos que: (i) o conceito de segurança subjacente à EEMS, é mais abrangente que o conceito tradicional, aliando a aplicação do instrumento militar aos outros instrumentos de poder como o diplomático, o político e o económico; (ii) a PEV atua ao nível político, económico e social, pelo que se enquadra no conceito de segurança da EEMS (iii) a PEV não alcançou os objectivos da EEMS; (iv) a PA fez alterar a envolvente estratégica da UE que implicará uma adequação da PEV.

O conceito de segurança da UE evidenciado na EEMS, situa-se entre o conceito tradicional, que tem como referente o Estado e como objecto a sua própria integridade e segurança, e o conceito alargado da segurança humana, que estabelece o enfoque no indivíduo e na sua liberdade e segurança. O primeiro, considera como principais ameaças potenciais a agressão e ingerências externas de outros Estados, a proliferação nuclear e a desordem civil, enquanto que o segundo considera como ameaças potenciais a pobreza, a



doença, as catástrofes ambientais, as violações dos direitos humanos, a violência e a repressão. Ora, um dos objectivos da EEMS é a garantia da sua própria segurança através de uma vizinhança segura, procurando esse desiderato não só através de parcerias de cooperação na área da segurança e defesa, mas também através do apoio à implementação de reformas políticas, económicas e sociais interligadas nos países limítrofes às fronteiras exteriores da UE.

Assim sendo, a PEV como instrumento da UE que pretende conciliar os interesses dos estados vizinhos, materializados nas esperanças, expectativas e receios dos seus cidadãos, promovendo a boa governação, o desenvolvimento económico e social, a modernização e as reformas estruturais, poderá contribuir para a estabilização desses países. No entanto, os seus resultados ficaram aquém das expectativas para os países do Norte de África uma vez que os apoios prestados não tiveram consequências reais em termos de integração e também não contribuíram para as desejadas transições de regime. Como verificamos, os progressos nos domínios da justiça, da liberdade e da segurança, no desenvolvimento de instituições públicas eficazes e respeitadoras do Estado de Direito, base da boa governação e do desenvolvimento sustentado, não foi uma realidade, de tal forma que não impediu a PA. Pelo contrário, na Argélia e em Marrocos, a atuação dos governos nessas áreas, executando reformas imediatas, foi crucial para estancar a revolta no seu início. Por esta razão, consideramos que a PEV não contribuiu para os objectivos da EEMS.

Por um lado, vimos que a PEV não cumpriu os objectivos definidos, mas que os mantém inalterados no que diz respeito ao fortalecimento da prosperidade, da estabilidade e da segurança da vizinhança europeia, e que o modelo de parcerias bilaterais continua a ser o mais adequado devido às especificidades de cada país vizinho, por outro, a envolvente estratégica da UE resultante da PA, agudizou e tornou mais complexos os desafios e ameaças. Concluimos que o impacto da PA na PEV se centrará na forma de aplicação das ferramentas, na priorização das reformas de acordo com a reavaliação dos objectivos, e na introdução de mecanismos efetivos de avaliação da sua implementação.

Relativamente à questão da forma e considerando as rápidas transformações em curso nos países do Norte de África, exige-se da UE: (i) uma resposta rápida e flexível agilizando processos na decisão e implementação; (ii) o redireccionamento para as necessidades específicas de cada um, reduzindo ineficácias e ineficiências; (iii) o comprometimento e responsabilização mútua das partes no prosseguimento dos programas;



(iv) a criação de incentivos, premiando os resultados obtidos com uma cada vez maior integração europeia; (v) um reforço do financiamento dos programas apesar das dificuldades provocadas pela crise das dívidas soberanas.

Quanto à questão da priorização, o que se verificou até ao eclodir da PA foi que os programas que contavam com maior apoio financeiro eram os que se relacionavam com as reformas económicas e sociais, mesmo na Líbia, Egito e Tunísia, relegando para segundo plano as reformas democráticas, da governação e dos direitos das populações. Pensava-se que, a resolução dos problemas económicos e sociais alavancaria as transições democráticas. Tal pressuposto não se verificou e, agora, perante a PA e a emergência de novos regimes, o apoio a prestar no âmbito da PEV, tem que ser prioritariamente direccionado no sentido da consolidação de regimes de inspiração democrática e respeito pelo Estado de Direito. Só assim se poderão criar as bases para o desenvolvimento económico e social sustentável.

Por fim, é indispensável a criação de um *tableau de bord*, integrando indicadores concretos e mensuráveis, que possibilitem a monitorização da implementação dos programas e a avaliação dos seus resultados, constituindo uma base para a atribuição dos incentivos de integração, anteriormente mencionados, e também servindo para reajustar os próprios programas.

O presente trabalho apresenta limitações, umas impostas por nós na própria delimitação do âmbito da análise e outras pela particularidade do tema em si. No primeiro caso, induzidas pelos objectivos a que nos propomos e pela vastidão do tema em análise, a limitação geográfica aos países do Norte de África, parceiros na PEV: Marrocos, Tunísia, Argélia, Líbia e Egito; e a limitação temporal, porque a PA e as suas consequências parecem não cessar, restringindo a uma janela temporal entre o lançamento da PEV, após 2004, e o final do ano de 2011. No segundo caso, pela própria diversidade das realidades estudadas ao longo deste trabalho e pela envolvente estratégica global dos países árabes e da UE, mesmo considerando apenas a PA, ser fortemente influenciada por outros atores não estudados como Israel, Irão, Rússia, China e EUA.

E é nesta sequência que consideramos poder propor futuras linhas de investigação. A primeira que propomos é o alargamento do âmbito de análise aos restantes países do *Mashrek*, abrangendo assim toda a margem mediterrânica árabe. Outra possível linha de investigação poderá centrar-se no impacte que a PA terá nas relações regionais entre os Estados árabes.



Como forma de terminar este trabalho e chegado o momento de efetuar algumas recomendações, deixamos três reflexões de outros três autores de referência e estudiosos desta temática, representativas do estado de alma que nos desassossega relativamente ao evoluir deste fenómeno, aqui tão perto da nossa Europa e do nosso Portugal.

“The European Security Concept pledges the creation of a ring of well governed countries on the Union’s borders. Healthy security sector governance is key to achieving this objective. The EU should make security sector governance a major plank of its promotion of security and stability on its borders. ENP is the logical framework for moving forward in this vital policy area.” (Lynch, 2005, p.43)

“Crucially, a more “strategic Europe” would break free from a paternalistic attitude that focuses on sporadic crisis-management approach to states in the EU’s neighborhood. Rather, it would map out a vision based on deepened partnerships across the neighborhood as instruments to help the EU build its global presence. The EU and the countries to its east and south will need to establish a common cause in confronting future challenges together. The near and far need not be mutually exclusive priorities for a strategic Europe; the challenge is to build from a strong neighborhood out toward the broader changes to global order.” (Youngs, 2011)

“The strategic role of the EU in framing the process towards moderation cannot be emphasised enough. A successful democratic transition may enhance and revitalise the Euro-Mediterranean partnership through a new agenda for the Union for the Mediterranean. ...the stronger dynamism of the European Union in the southern Mediterranean creates identity problems for the Union for the Mediterranean. There is a need to define what the Union for the Mediterranean is for. The first two years of the UfM were quite negative and characterised by stagnation.” (Magone, 2011, pp.31-32)

Como já afirmou o Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, a UE reconhece a singularidade de cada estado árabe e está disposta a responder às necessidades particulares e tratar de forma diferenciada as transições em curso.

Também a “rua árabe” aspira por liberdade democrática, mas pretende encontrar a sua própria forma de democracia, aquela mais adequada ao mundo árabe incorporando as especificidades de cada nação.

Neste ponto parece haver consenso.



Bibliografia

Alexander, C., 2011. A Month Made For Drama. In Lynch, M., Glasser, S.B. & Hounshell, B. *Revolution in the Arab World: Tunisia, Egypt, and the unmaking of an era*. Foreign Policy. pp.45-49.

Andersson, J.J., 2011. *The European Security Strategy: Reinvigorate, Revise or Reinvent?* [Em Linha] Utrikespolitiska Institutet Disponível em "<http://www.ui.se/eng/upl/files/56523.pdf>" [15 Abril 2012].

Biscop, S., 2007. *The ABC of the European Union Strategy: Ambition, Benchmark, Culture*. [Em Linha] Disponível em: "<http://www.egmontinstitute.be/paperegm/ep16.pdf>" [17 Novembro 2011].

Biscop, S., Balfour, R. & Emerson, M., 2012. *An Arab Springboard for EU Foreign Policy?* [Em Linha] Disponível em: "<http://www.egmontinstitute.be/paperegm/ep54.pdf>" [2012 Fevereiro 2012].

Brito, L.V.d., 2011. *NATO e União Europeia – A evolução conceptual*. [Em Linha] Disponível em: "<http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=600>" [07 Novembro 2011].

Charillon, F., 2001. O Significado da Segurança na Europa: A UE - da PESC ao Colapso da Política Externa. *Nação e Defesa*, 2ª Série(99), pp.103-47. Disponível em: "<http://www.idn.gov.pt/index.php?mod=1321&cod=99>" [16 Novembro 2011].

CIA, 2012. *The World Factbook*. [Em Linha] Disponível em: "<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>".

Conselho da União Europeia, 2010. *Projecto de estratégia da segurança interna da União Europeia: "Rumo a um modelo europeu de segurança"*. [Em Linha] Disponível em: "<http://register.consilium.europa.eu/pdf/pt/10/st05/st05842-re02.pt10.pdf>" [15 Novembro 2011].

Cordesman, A., 2011. *Rethinking the Arab Spring: Stability and Security in Egypt, Libya, Tunisia and the rest of the MENA Region*. [Em Linha] Disponível em:



"http://csis.org/files/publication/111102_MENA_Stability_Security.pdf" [18 Fevereiro 2012].

Couto, A.C., 1988. *Elementos de Estratégia: Apontamentos para um curso*. Instituto de Altos Estudos Militares.

CSH, 2003. *Human Security Now*. [Em Linha] Disponível em: "<http://www.resdal.org/ultimos-documentos/com-seg-hum.pdf>" [22 Fevereiro 2012].

EC, 2005. Algeria Association Agreement. *Official Journal of the European Union*, pp.2-228. Disponível em: "<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2005:265:0002:0228:EN:PDF>" [10 Março 2012].

EC, 2005. *ENP Country Report - Egypt*. [Em Linha] Disponível em: "<http://www.enpi-info.eu/library/content/enp-country-report-egypt>" [11 Março 2012].

EC, 2006a. *Morocco Strategy Paper 2007/2011*. [Em Linha] Disponível em: "http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/country/2011_enpi_csp_nip_morocco_en.pdf" [4 Março 2012].

EC, 2006b. *Trabalhar em Conjunto: Política Europeia de Vizinhança*. [Em Linha] Disponível em: "http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/information/enp_brochure_pt.pdf" [07 Novembro 2011].

EC, 2006c. *TUNISIA Strategy Paper 2007 - 2013 & National Indicatif Programme 2007 - 2010*. [Em Linha] Disponível em: "http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/country/enpi_csp_nip_tunisia_summary_en.pdf" [17 Março 2012].

EC, 2007. *Egypt: Country Strategy Paper (2007-2013) and National Indicative Programme (2007-2010)*. [Em Linha] Disponível em: "<http://www.enpi-info.eu/library/content/egypt-country-strategy-paper-2007-2013-and-national-indicative-programme-2007-2010>" [11 Março 2012].



EC, 2010a. *Algeria: National Indicative Programme (2011-2013)*. [Em Linha] Disponível em: "<http://www.enpi-info.eu/library/content/algeria-national-indicative-programme-2011-2013>" [4 Março 2012].

EC, 2010b. *Egypt: National Indicative Programme (2011-2013)*. [Em Linha] Disponível em: "<http://www.enpi-info.eu/library/content/egypt-national-indicative-programme-2011-2013>" [11 Março 2012].

EC, 2010c. *Lybia Strategy Paper & National Indicative Programme (2011-2013)*. [Em Linha] Disponível em: "http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/country/2011_enpi_csp_nip_libya_en.pdf" [14 Março 2012].

EC, 2010d. *Morocco Mid-Term Review of the Country Strategy Paper 2007-2013 and National Indicative Program 2011-2013*. [Em Linha] Disponível em: "http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/country/2011_enpi_csp_nip_morocco_en.pdf" [17 Março 2012].

EC, 2010e. *Tunisie Programme Indicatif National 2011-2013*. [Em Linha] Disponível em: "http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/country/2011_enpi_nip_tunisia_fr.pdf" [17 Março 2012].

EC, 2011. *Implementation of the European Neighbourhood Policy in 2010 Progress Country Report: Egypt*. COM(2011) 303. Brussels: High Representative Of The European Union For Foreign Affairs And Security Policy.

EC, 2012. *European Neighbourhood Policy*. [Em Linha] Disponível em: "http://ec.europa.eu/world/enp/welcome_en.htm" [2011/2012].

Economist Intelligence Unit, 2011. *Democracy index 2011 - Democracy under stress*. The Economist.

EEAS, 2012. *EU positions on the Middle East peace process*. [Em Linha] Disponível em: "http://eeas.europa.eu/background/index_en.htm" [2012].

ENPI, 2012. *European Neighbourhood Partnership Instrument info centre*. [Em Linha] Disponível em: "<http://www.enpi-info.eu/>" [2011/2012].



Escorrega, L., 2010. *A Segurança e os "Novos" Riscos e Ameaças: Perspectivas Várias*. [Em Linha] Disponível em: "<http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=499>" [31 Janeiro 2012].

EUEA, 2012. *European Union External Action*. [Em Linha] Disponível em: "http://eeas.europa.eu/index_en.htm" [2012].

European Council, 2003. *Estratégia Europeia em Matéria de Segurança: Uma Europa Segura Num Mundo Melhor*. [Em Linha] Disponível em: "<http://consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/031208ESSIIP.pdf>" [17 Novembro 2011].

Freedom House, 2012. *Freedom Index*. [Em Linha] Disponível em: "<http://www.freedomhouse.org/>" [2011-2012].

Gnesotto, N., 2004. *EU Security and Defence Policy, The first five years*. [Em Linha] Disponível em: "<http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/EU%20Security%20and%20Defence-the%20first%20five%20years.pdf>" [16 Novembro 2011].

Gnesotto, N. & Grevi, G., 2006. *The New Global Puzzle: What World for the EU in 2025?* Paris: Institute for Security Studies.

Goldstein, E., 2011. A Middle-Class Revolution. In Lynch, M., Glasser, S.B. & Hounshell, B. *Revolution in the Arab World: Tunisia, Egypt, and the unmaking of an era*. Foreign Policy. pp.66-69.

HREUFASP, 2011. *COM (2011) 303 - A new response to a changing Neighbourhood*. [Em Linha] Disponível em: "http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/com_11_303_en.pdf" [11 Março 2012].

IESM, 2011. *NEP DE 218*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.

Ilievska, F., 2011. *Restarting The Mediterranean Union?* [Em Linha] Disponível em: "www.analyticalmk.com" [7 Fevereiro 2012].

Jolly, R. & Ray, D.B., 2006. *The Human Security Framework and National Uman Development Reports: A Review of Experiences and Current Debates*. [Em Linha]



Disponível em: "http://hdr.undp.org/en/media/NHDR_Human_Security_GN.pdf" [21 Fevereiro 2012].

Khalil, A., 2011a. January 25: Tear Gas On The Day Of Rage. In Lynch, M., Glasser, S.B. & Hounshell, B. *Revolution in the Arab World: Tunisia, Egypt, and the unmaking of an era*. Foreign Policy. pp.73-75.

Khalil, A., 2011b. February 1: A Wounded Father Figure. In Lynch, M., Glasser, S.B. & Hounshell, B. *Revolution in the Arab World: Tunisia, Egypt, and the unmaking of an era*. Foreign Policy.

Leal, C.M., 2010. *Magrebe, Islamismo e a Relação Energética de Portugal*. Parede: Tribuna.

Lynch, D., 2005. *The Security Dimension of the European Neighbourhood Policy*. [Em Linha] Disponível em: "<http://www.iai.it/pdf/articles/lynch.pdf>" [02 Fevereiro 2012].

Lynch, M., 2011. The Wages of Arab Decay. In Lynch, M., Glasser, S.B. & Hounshell, B. *Revolution in the Arab World: Tunisia, Egypt, and the unmaking of an era*. Foreign Policy. pp.42-44.

Magone, J.M., 2011. *The Tunisian Revolution, the Union For The Mediterranean and the European Union; The Beginning of a New Wave of Democratization In The Arab World?*. [Em Linha] Disponível em: "<http://www.uaces.org/pdf/papers/1101/magone.pdf>" [5 Dezembro 2011].

ONU, 1986. *Concepts of Security*. [Em Linha] New York Disponível em: "<http://www.un.org/disarmament/HomePage/ODAPublications/DisarmamentStudySeries/PDF/SS-14.pdf>" [21 Fevereiro 2012].

Quinion, M., 2011. *Arab Spring*. [Em Linha] Disponível em: "<http://www.worldwidewords.org/turnsofphrase/tp-ara1.htm>" [31 Janeiro 2012].

Quivy, R. & Campenhoudt, L.V., 2008. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa.



Renda, K.K., 2010. *European Security Culture: Language, Theory and Policy*. [Em Linha] Disponível em: "http://cesran.org/index.php?option=com_content&view=article&id=780%3Abook-review-european-security-culture-language-theory-and-policy-&catid=176%3Akitap-analiz&Itemid=220" [01 Fevereiro 2012].

Ribeiro, A.S., 2009. *Teoria Geral da Estratégia: O essencial ao processo estratégico*. Coimbra: Edições Almedina, SA.

Ribeiro, A.S., 2011. *Segurança e Defesa Nacional*. [Em Linha] Academia das Ciências de Lisboa - Instituto de Estudos Académicos para Sêniiores Disponível em: "http://www.acad-ciencias.pt/files/IEAS/António%20Silva%20Ribeiro/asribeiro_24_01_2011.pdf" [16 Novembro 2011].

Rogero, N., 2011. *Na Rua Árabe: Causas e Consequências das Revoltas no Médio Oriente*. 1st ed. Alfragide: Publicações Dom Quixote.

Rose, G., 2011. Introduction. In C.o.F.R. Publications Office, ed. *The New Arab Revolt: What happened, What it means and What comes next*. New York: Foreign Affairs. pp.XII - XVI.

Salem, P., 2011. *Europe and the Arab Spring: Crises and Opportunity*. [Em Linha] Disponível em: "<http://carnegieendowment.org/2011/10/13/europe-and-arab-spring-crisis-and-opportunity/8lb0>" [28 Janeiro 2012].

Silva, T.d.A.e., 2011. *Islão e Fundamentalismo Islâmico: das origens ao século XXI*. Lisboa: Pactor.

The Guardian, 2012. *Arab spring: an interactive timeline of Middle East protests*. [Em Linha] Disponível em: "<http://www.guardian.co.uk/world/interactive/2011/mar/22/middle-east-protest-interactive-timeline>" [2011-2012].

Tomé, L., 2010. Segurança e Complexo de Segurança: conceitos operacionais. *JANUS.NET e-journal of International Relations.*, Volume 1(nº1), pp.33-49. Disponível em: "www.observare.ual.pt/janus.net/pt_vol1_n1_art3" [13 Janeiro 2012].



Transparency International, 2012. *Corruption Perceptions Index*. [Em Linha] Disponível em: "http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi/" [2011-2012].

UNDP, 1994. *UNDP's 1994 Global Human Development Report*. [Em Linha] Disponível em: "<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1994/chapters/>" [21 Fevereiro 2012].

UNDP, 2009. *Arab Human Development Report 2009: Challenges to Human Security in the Arab Countries*. [Em Linha] Disponível em: "<http://hdr.undp.org/en/reports/regional/arabstates/ahdr2009e.pdf>" [18 Março 2012].

UNDP, 2012. *Human Development Reports*. [Em Linha] Disponível em: "<http://hdr.undp.org/en/>" [2011-2012].

United Nations, 1986. *Concepts of Security*. [Em Linha] New York Disponível em: "<http://www.un.org/disarmament/HomePage/ODAPublications/DisarmamentStudySeries/PDF/SS-14.pdf>" [21 Fevereiro 2012].

Vasconcelos, Á.d., 2011. *The Arab Democratic Wave: How the EU can seize the moment*. Paris: European Union Institute for Security Studies.

Youngs, R., 2011. *Neighborhood-to-the-World*. [Em Linha] Disponível em: "<http://carnegieeurope.eu/publications/?fa=45567>" [28 Janeiro 2012].



Anexos



Anexo A – Diagrama de Orientação Metodológica

Primavera Árabe				
Estratégia Europeia em Matéria de Segurança				
Política Europeia de Vizinhança				
Questão Central: <i>Qual o impacto na PEV dos novos desafios criados pela PA, à luz do conceito de segurança adoptado pela EEMS?</i>	Hipótese 1: ✓ O conceito de segurança adotado pela EEMS não está limitado à dimensão militar.	Questão derivada 1: Como se caracteriza o conceito de segurança plasmado na EEMS e de que forma a PEV se enquadra nessa estratégia?	Resposta à Questão derivada 1: A PEV é um instrumento da UE que contribuiu para a boa governação, o desenvolvimento económico e social, a modernização e as reformas estruturais dos países do Norte de África, indispensáveis para a sua estabilização política, económica e social, criando uma vizinhança segura, definida como um dos	Resposta à Questão Central: Concluimos que: (i) o conceito de segurança subjacente à EEMS, é mais abrangente que o conceito tradicional, aliando a aplicação do instrumento militar aos outros instrumentos de poder como o diplomático, o político e o económico; (ii) a PEV atua ao nível político, económico e social, pelo que se enquadra no conceito de segurança da EEMS (iii) a PEV não alcançou os objectivos da EEMS; (iv) a PA fez alterar a envolvente estratégica da UE que implica uma adequação da PEV. Os objectivos da PEV, de fortalecer a prosperidade, estabilidade e segurança da vizinhança europeia mantêm-se e, devido às especificidades de cada país vizinho, o modelo de parcerias bilaterais continua a ser o mais adequado. Assim, a PA terá impacto na PEV na forma de aplicação das ferramentas, na priorização dos objectivos e na avaliação da sua implementação.
	Hipótese 2: ✓ A PEV é um instrumento que se enquadra nos objectivos da EEMS.			
	Hipótese 3: ✗ A implementação da PEV alcançou os objetivos da EEMS.	Questão derivada 2: De que forma a PEV contribuiu para o desenvolvimento político, económico e social dos países do Norte de África?	Resposta à Questão derivada 2: Os resultados da PEV ficaram aquém das expectativas para os países do Norte de África uma vez que os apoios prestados não tiveram consequências reais em termos de integração.	
	Hipótese 4: ✓ Com a PA surgiram novos desafios que implicam uma adequação da PEV	Questão derivada 3: Quais as causas políticas, económicas e sociais da PA?	Resposta à Questão derivada 3: Em termos genéricos, a forte repressão das liberdades e garantias fundamentais da população, o desemprego, a pobreza e a desigualdade social.	
		Questão derivada 4: Quais as alterações decorrentes da PA para os desafios e ameaças da UE?	Resposta à Questão derivada 4: Mantêm-se os desafios e ameaças identificadas na EEMS, “alguns tornaram-se mais agudos, todos eles se tornaram mais complexos”.	



Anexo B – Corpo de Conceitos

Ameaça	Qualquer acontecimento ou ação (em curso ou previsível), de natureza variada e proveniente de uma vontade consciente que contraria a consecução de um objectivo e que, por norma, é causador de danos materiais ou morais, sendo que no âmbito da estratégia consideram-se principalmente as ameaças provenientes de uma vontade consciente, analisando o produto das possibilidades pelas intenções. (Couto, 1988)
Estratégia	Ciência e arte de edificar, dispor e empregar meios de coacção num dado meio e tempo, para se materializarem objectivos fixados pela política, superando problemas e explorando eventualidades em ambiente de desacordo. (Ribeiro, 2009, p.22)
Política de Segurança	Política cujo objectivo é a proteção dos valores e interesses vitais de uma comunidade. (Biscop, 2004, p.3)
Segurança	Condição na qual, um Estado considera que não existe ameaça de ataque militar, pressão política ou coerção económica, permitindo o prosseguimento livre dos seus objectivos de progresso e desenvolvimento. (ONU, 1986) A proteção e a promoção de valores e interesses considerados vitais para a sobrevivência política e o bem-estar da comunidade, estando tanto mais salvaguardada quanto mais perto se estiver da ausência de preocupações militares, políticas e económicas. (Tomé, 2010, p.40)
Segurança Nacional	Situação que garante a unidade, a soberania e a independência da Nação, a integridade e a segurança das pessoas e dos bens; o bem-estar e a prosperidade da Nação; a unidade do Estado e o desenvolvimento normal das suas tarefas; a liberdade de ação política dos órgãos de soberania e o regular funcionamento das instituições democráticas no quadro constitucional. (Ribeiro, 2011, p.6)

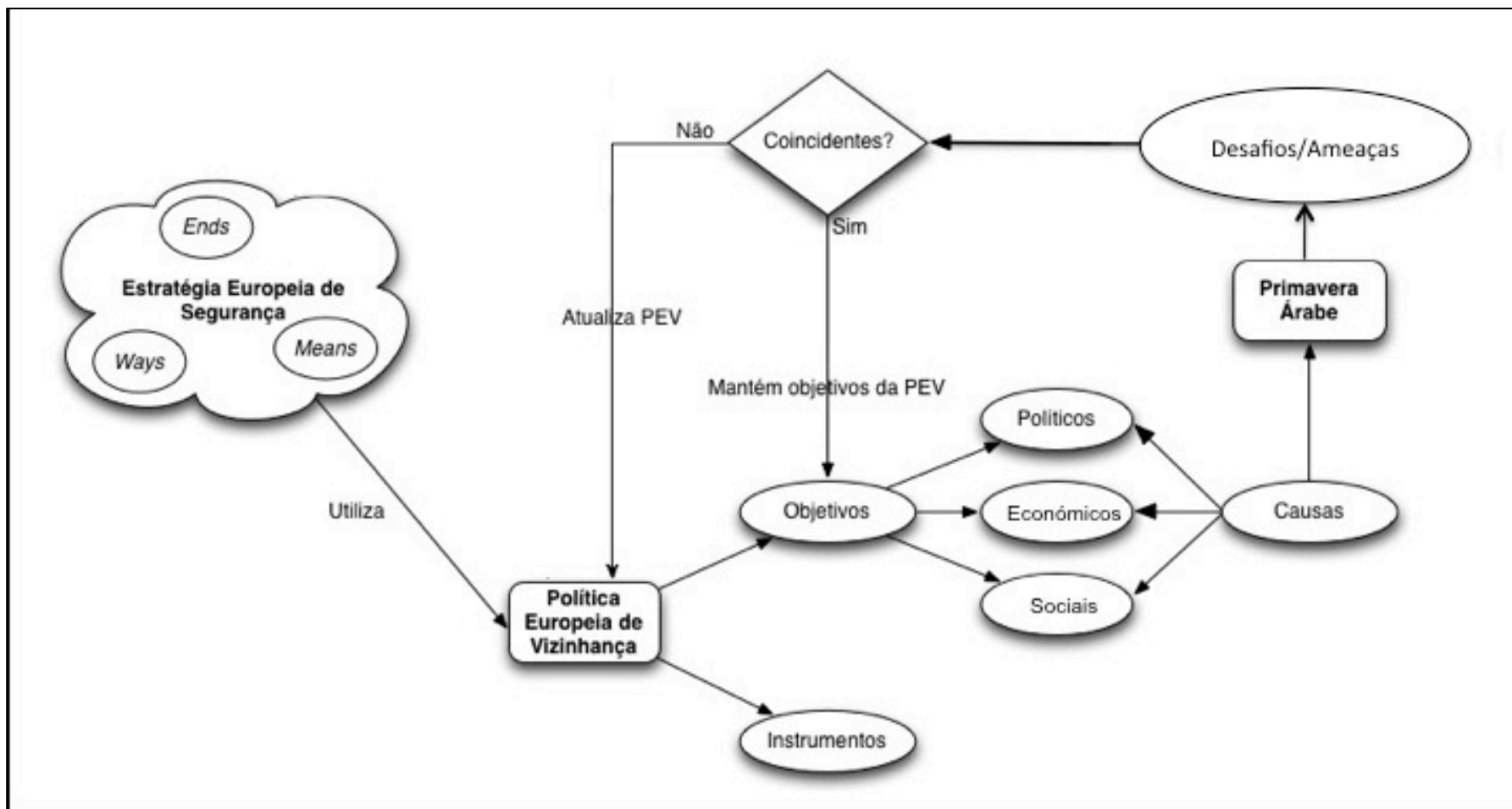


Segurança Humana

Proteção das liberdades fundamentais e essenciais à vida, contra ameaças severas e globais, por meios suportados na força e aspirações das pessoas, criando sistemas políticos, sociais, ambientais, económicos, militares e culturais que, em conjunto, proporcionem a sobrevivência, qualidade de vida e dignidade das populações. (CSH, 2003, p.4)



Anexo C – Modelo de Análise





Anexo D – Caracterização Política, Económica e Social dos Países do Norte de África

Argélia

A Argélia, oficialmente designada por República Popular e Democrática da Argélia, com uma área de 2.381.741 Km² e uma população estimada de 36,7 milhões em 2011, é uma república constitucional com um governo democraticamente eleito. O chefe de Estado é o Presidente Bouteflika, reeleito para um terceiro mandato através de um plebiscito, possibilitado por uma alteração da Constituição. É membro da União Africana (UA), da Liga Árabe (LA), da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e fundadora da União Árabe Magrebe (UAM). (CIA, 2012)

No seguimento dos protestos populares de Janeiro de 2011, o presidente argelino, como forma de acalmar a população e manter o *status quo*, levantou o estado de emergência que vigorava há 19 anos e anunciou um conjunto de medidas de combate à economia paralela ao mesmo tempo que utilizava o excedente do petróleo para aumentar os ordenados dos polícias, professores e magistrados. (The Guardian, 2012)

Quadro 4 – Principais indicadores económicos da Argélia.

Indicador	2006	2007	2008	2009	2010 a)	2011 a)
População (milhões)	33.800	34.400	34.460	35.600	36.134	36.676
PIB em Paridade do Poder de Compra (milhões de dólares)	209.967	222.541	232.936	240.985	251.705	264.445
PIB per capita em Paridade do Poder de Compra (dólares)	6.212	6.469	6.760	6.769	6.966	7.210
% de Variação do PIB (preços constantes)	2,0	3,0	2,4	2,4	3,3	2,9
Inflação (%)	2,3	3,6	4,7	5,7	3,9	3,9
Taxa de Desemprego (%)	12,3	11,8	11,3	10,2	10,0	9,8
Taxa de Desemprego Jovem (%)	24,3	25,0	24,0	21,0	21,5	n/d
Variação das Importações (%)	-1,4	10,3	16,9	9,1	-2,8	7,5
Variação das Exportações (%)	-2,5	-1,0	0,0	-10,7	-2,9	-1,9
Balança de Transações Correntes (% do PIB)	24,7	22,8	20,2	0,3	7,9	13,7
Exportações de Petróleo (milhões de dólares)	53.610	59.610	77.192	44.411	56.143	76.661
Despesa Geral do Estado (% do PIB)	28,8	33,5	38,1	41,7	38,5	43,9
Investimento Total (% do PIB)	30,0	34,4	38,3	50,0	44,3	36,3
Investimento Estrangeiro (% do PIB)	n/d	22,8	20,1	0,3	7,5	9,5

Fonte: CIA World Factbook; International Monetary Fund; World Economic Outlook Database, September 2011.

Notas: a) Estimativa.

A economia argelina, fortemente controlada pelo Estado, assenta sobretudo nas receitas do petróleo que representa no PIB, o segundo maior dos países do Norte de África, cerca de 29%. O PIB *per capita* também é dos mais elevados da região e tal, como o PIB, apresenta índices de crescimento de 2,6% em média nos últimos seis anos. (CIA, 2012)



Com uma taxa de inflação estabilizada nos 4% de variação média, o preço do petróleo a subir e o investimento estrangeiro também a aumentar, depois de uma queda abrupta em 2009, o maior problema da Argélia reside no desemprego, com uma taxa a rondar os 10%, em particular no desemprego jovem que atinge os 20%.

Em 2010, quando da revisão do NIP 2011-2013, a avaliação da UE sobre o impacto dos programas da PEV na Argélia, referia que esta situação macroeconómica relativamente favorável não teve efeitos visíveis na melhoria do nível de vida da população. Os serviços de saúde, o emprego e a habitação necessitavam de melhorias quantitativas e qualitativas. O clima social continuava tenso, com a população confrontada com a subida dos preços dos bens de primeira necessidade e um desemprego elevado, especialmente entre os jovens, embora reconhecesse que o problema do desemprego era parcialmente amortecido através da economia paralela, de certa forma tolerada pelas autoridades, servindo de escape a milhares de jovens desempregados. Referia ainda que, embora o plano de estímulo ao crescimento, com volumes massivos de despesa pública se tivesse iniciado (em 2009 o investimento total atingiu 50% do PIB), as reformas estruturais necessárias à economia de mercado e à abertura ao exterior avançavam muito lentamente. Em boa verdade, neste caso, protegeram a Argélia da crise económica e financeira de 2008. Considerava o relatório que o contexto político era relativamente estável mas, do ponto de vista securitário, sentiam-se os resultados da luta contra o terrorismo, estando o presidente a equacionar uma amnistia geral para ganhar o apoio dos islamitas armados mais irredutíveis. (EC, 2010a)

Egito

O Egito, oficialmente designado por República Árabe do Egito, com uma área de 1.001.450 Km² e uma população estimada de 77,3 milhões em 2011, é uma república, com uma nova Constituição aprovada em 30 de Março de 2011, com um governo assumido pelo Conselho das Forças Armadas, após a resignação do Presidente Hosni Mubarak em Fevereiro de 2011. Desde as eleições parlamentares de Novembro de 2011 assumiu a liderança do Governo o primeiro Ministro Kamal El-Ganzouri e as eleições presidenciais estão marcadas para Maio de 2012. (CIA, 2012)

No dia 25 de Janeiro de 2011, a fúria de milhares de manifestantes, jovens e velhos, homens e mulheres, Cristãos e Muçulmanos, unidos no propósito de destituir Mubarak, implementar limites temporais aos mandatos presidenciais e levantar o estado de



emergência em vigor há 30 anos, que confluíram para a Praça Tahrir, confrontou a polícia do regime, manifestamente insuficiente para conter os protestos. Sem a influência direta da Irmandade Muçulmana na organização dos protestos os egípcios fizeram uso das novas tecnologias de comunicação, como o Twitter e o Facebook, para se organizarem e suplantarem as autoridades. (Khalil, 2011a)

Numa tentativa desesperada para apaziguar os protestos e simultaneamente ganhar tempo, Mubarak dissolveu o governo, nomeou um vice-presidente pela primeira vez e iniciou conversações com a oposição. Entretanto, manteve a Internet bloqueada, os bancos e a bolsa fechados, os transportes públicos parados e começavam a escassear os alimentos. A sua intenção era culpar os manifestantes pela situação, ao mesmo tempo que a sua máquina de propaganda o apresentava como o pai incompreendido da pátria e tentava obter apoios dos outros governantes árabes. (Khalil, 2011b) Tais iniciativas não resultaram e Mubarak teve mesmo que deixar o poder que mantinha há 30 anos.

A economia egípcia conheceu alguma abertura, em particular entre 2004 e 2008, no sentido de atrair algum investimento estrangeiro, na ordem dos 6,0% do PIB nesse período, possibilitando taxas de crescimento do PIB de cerca de 7,0%. (CIA, 2012) O investimento estrangeiro decaiu, em 2009, quase para metade e a variação do PIB acompanhou esse decréscimo, prevendo-se que em 2011 atinja 1,2%, muito por causa da incerteza política.

Quadro 5 – Principais indicadores económicos do Egito.

Indicador	2006	2007	2008	2009	2010	2011 a)
População (milhões)	71.300	73.600	75.200	76.800	77.800	79.356
PIB em Paridade do Poder de Compra (milhões de dólares)	367.671	405.155	443.778	469.420	499.264	516.181
PIB per capita em Paridade do Poder de Compra (dólares)	5.157	5.505	5.901	6.112	6417 a)	6.505
% de Variação do PIB (preços constantes)	6.844	7.088	7.156	4.674	5.147	1.217
Inflação (%)	4,2	11,0	11,7	16,2	11,7	11,1
Taxa de Desemprego (%)	10,9	9,2	8,8	9,5	9,0	10,4
Taxa de Desemprego Jovem (%)	29,9	24,8	n/d	n/d	n/d	n/d
Variação das Importações (%)	12,7	7,9	23,9	-0,6	-5,0	-9,1
Variação das Exportações (%)	7,8	11,5	14,8	-5,5	-2,9	-8,5
Balança de Transações Correntes (% do PIB)	1,6	2,1	0,5	-2,3	-2,0	-1,9
Exportações de Petróleo (milhões de dólares)	7.413	7.399	11.207	7.910	8.033	9.583
Despesa Geral do Estado (% do PIB)	37,8	35,3	35,6	34,6	33,4	35,0
Investimento Total (% do PIB)	18,7	20,9	22,4	19,2	18,9	16,3
Investimento Estrangeiro (% do PIB)	6,0	6,0	5,9	3,6	n/d	n/d

Fonte: CIA World Factbook; International Monetary Fund; World Economic Outlook Database, September 2011; Human Development Report 2011; World Bank.

Notas: a) Estimativa.



As receitas do petróleo representam apenas cerca de 2% do PIB, cujo valor *per capita* também é relativamente elevado na região e, tal como o PIB, apresenta índices de crescimento de 6,0% em média nos últimos seis anos. Com uma taxa de inflação nos 6,0% de variação média, um peso relativamente pequeno do comércio do petróleo na economia e o investimento estrangeiro a diminuir, o Egito apresenta variações negativas quer nas importações quer nas exportações, tornando negativa a sua balança de transações correntes. Outro grande problema reside no desemprego, com uma taxa a rondar os 11%, em particular no desemprego jovem que, em 2006 atingia os 20%.

Líbia

A Líbia, com uma área de 1.759.540 Km² e uma população estimada de 6,7 milhões em 2011, é transitoriamente governada pelo Conselho Nacional de Transição (CNT), tendo como Chefe de Estado Mustafa al-Jalil desde Março de 2011 e como Primeiro Ministro Abd al-KEEB desde Outubro de 2011. O CNT pretende assegurar a primeira fase da transição para uma democracia constitucional, sendo posteriormente dissolvida, após as eleições para a Assembleia Nacional, marcadas para Junho de 2012. (CIA, 2012)

No seguimento do alastrar da PA à Líbia, com protestos em várias cidades, o regime de Qadhafi reagiu de forma violenta contra os manifestantes, na tentativa de travar a revolta. O CNT, entretanto formado em Benghazi, reafirmou a sua intenção de depor Qadhafi e conduzir o país para a democracia. Por seu lado, o Conselho de Segurança das Nações Unidas emitiu a Resolução 1973, ordenando o cessar-fogo imediato e autorizando o estabelecimento de uma *no fly zone* sobre a Líbia, na tentativa de impedir a utilização da aviação líbia contra a população civil, como estava a acontecer. Depois de vários meses de confronto generalizado, as forças rebeldes ocuparam Trípoli em Agosto de 2011 e em Setembro a Assembleia Geral das Nações Unidas reconheceu a legitimidade do CNT no governo provisório da Líbia. No final de Outubro, após a derrota das forças do regime e da morte de Qadhafi, começaram os preparativos para a eleição de um novo governo e uma nova constituição. (CIA, 2012)



Quadro 6 – Principais indicadores económicos da Líbia.

Indicador	2006	2007	2008	2009	2010	2011
População (milhões)	6.045	6.170	6.298	6.428	6.561	6.733
PIB em Paridade do Poder de Compra (milhões de dólares)	75.466	83.481	87.336	86.217	90.841	n/a
PIB per capita em Paridade do Poder de Compra (dólares)	12.484	13.529	13.868	13.413	13.846	n/a
% de Variação do PIB (preços constantes)	6,7	7,5	2,3	-2,3	4,2	6,1
Inflação (%)	1,4	6,2	10,4	2,8	2,5	n/a
Taxa de Desemprego (%)	n/a	17,0	20,7	n/a	n/a	n/a
Taxa de Desemprego Jovem (%)	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Variação das Importações (%)	-2,6	17,4	37,6	5,0	2,2	n/a
Variação das Exportações (%)	7,9	3,4	-6,5	-6,8	-7,2	n/a
Balança de Transações Correntes (% do PIB)	51,0	43,2	38,9	15,9	14,4	n/a
Exportações de Petróleo (milhões de dólares)	41.740	47.820	60.680	35.701	42.307	n/a
Despesa Geral do Estado (% do PIB)	32,1	38,5	39,6	55,3	53,4	n/a
Investimento Total (% do PIB)	22,6	26,6	27,2	34,8	35,8	n/a
Investimento Estrangeiro (% do PIB)	3,7	6,5	4,4	2,7	n/a	n/a

Fonte: CIA World Factbook; International Monetary Fund; World Economic Outlook Database, September 2011; Human Development Report 2011; World Bank.

A economia da Líbia, de cariz socialista, depende em grande parte do rendimento que as reservas de petróleo e gás natural lhe proporcionam, contribuindo em quase 50% para a formação do PIB. Os altos rendimentos do sector energético associados à relativamente reduzida população de cerca de 6,5 milhões de pessoas, possibilita que seja o país com maior PIB *per capita* da região, no entanto, existe uma grande assimetria na distribuição da riqueza pelas várias classes sociais. O progressivo levantamento das sanções económicas impostas ao país, no seguimento do abandono dos programas de fabrico de armas de destruição massiva e apoio a facções terroristas, e a implementação de reformas estruturais nos últimos cinco anos, têm permitido o crescimento económico. No entanto, por via da deficiente distribuição da riqueza, a Líbia enfrenta graves problemas de desemprego com taxas a rondar os 20%, bem como, embora não existindo dados confiáveis, se estima que cerca de um terço da população viva abaixo do limiar de pobreza. Por outro lado, as condições climáticas adversas e o estado dos solos limita fortemente a agricultura obrigando à importação de 75% dos bens de consumo alimentar. O problema da água é crítico, exigindo avultados recursos para programas de dessalinização para as crescentes necessidades. (CIA, 2012)

Marrocos

Marrocos, oficialmente designado por Reino de Marrocos, com uma área de 446.550 Km² e uma população estimada de 32,2 milhões em 2011, é uma monarquia



constitucional, liderada pelo Rei Mohammed VI, desde 30 de Julho de 1999, cujo Primeiro Ministro, nomeado pelo rei depois de eleições legislativas, é Abdelilah Benkirane, desde Novembro de 2011. (CIA, 2012)

No seguimento dos protestos iniciados em Fevereiro de 2011 em algumas cidades marroquinas, cujos manifestantes reivindicavam uma melhor democracia e menos corrupção no governo do país, foi referendada uma nova constituição em Julho desse ano, atribuindo novos poderes ao parlamento e ao primeiro ministro, enfraquecendo os poderes do rei, embora nele tenha permanecido a autoridade última. As eleições legislativas, previstas para 2012 foram antecipadas para Novembro de 2011, tendo saído vencedor, pela primeira vez, o partido islamita *Justice and Development Party*. Em Janeiro de 2012, Marrocos assumiu o lugar de membro não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas pelo período de dois anos. (CIA, 2012)

Quadro 7 – Principais indicadores económicos de Marrocos.

Indicador	2006	2007	2008	2009	2010	2011
População (milhões)	30.506	30.841	31.177	31.514	31.851	32.187
PIB em Paridade do Poder de Compra (milhões de dólares)	120.332	127.173	137.257	145.569	152.693	163.181
PIB per capita em Paridade do Poder de Compra (dólares)	3.945	4.124	4.403	4.619	4.794	5.070
% de Variação do PIB (preços constantes)	7,8	2,7	5,6	4,9	3,7	4,6
Inflação (%)	3,3	2,0	3,9	1,0	1,0	1,5
Taxa de Desemprego (%)	9,7	9,8	9,6	9,1	9,1	9,0
Taxa de Desemprego Jovem (%)	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	21,9
Variação das Importações (%)	6,0	16,0	9,7	13,8	-1,6	9,4
Variação das Exportações (%)	7,1	6,5	-3,8	-4,7	23,0	12,6
Balança de Transações Correntes (% do PIB)	2,2	-0,1	-5,2	-5,4	-4,3	-5,2
Exportações de Petróleo (milhões de dólares)	240	342	432	326	189	250
Despesa Geral do Estado (% do PIB)	26,7	26,3	29,8	28,5	29,0	32,2
Investimento Total (% do PIB)	29,4	32,5	38,1	35,6	35,1	35,0
Investimento Estrangeiro (% do PIB)	3,6	3,7	2,8	2,2	1,4	n/d

Fonte: CIA World Factbook; International Monetary Fund; World Economic Outlook Database, September 2011; Human Development Report 2011; World Bank.

Notas: a) Estimativa.

Não sendo um grande produtor de petróleo nem dispondo de reservas de gás natural, Marrocos optou por capitalizar a sua proximidade com a Europa e assentar o seu desenvolvimento numa economia de mercado aberta. Nos últimos anos, depois de na década de 80 ter efetuado profundas reformas estruturais e tomado fortes medidas de austeridade, tem conseguido manter a sua economia estável, com bons níveis de crescimento contínuo (4,9% em média), reduzida inflação (2,1% em média) e crescente competitividade. É o único país da região a ter um acordo de livre comércio com os EUA



e, desde 2008, iniciou o processo de negociação do estatuto avançado com a UE. Apesar do bom desempenho económico, Marrocos defronta-se com problemas de desemprego, a rondar os 9,4% em média, e situações de pobreza acentuada, com os últimos dados disponíveis, de 2007, a apontarem para 15% da população abaixo do limiar de pobreza. Alguns dos maiores desafios para Marrocos passam pela luta contra a corrupção, a redução dos gastos do estado, a reforma do sistema educativo e judicial e redução das desigualdades sociais. (CIA, 2012)

Tunísia

A Tunísia, oficialmente designada por República da Tunísia, com uma área de 163.610 Km² e uma população estimada de 10,7 milhões em 2011, é uma república, cujo Presidente, eleito pela Assembleia Constituinte resultante de eleições gerais, é Moncef Marzouki, desde Dezembro de 2011 e cujo Primeiro Ministro, nomeado pelo presidente, é Hamadi Jebali, desde a mesma data. (CIA, 2012)

O regime corrupto e autoritário de Ben Ali na Tunísia, baseado na completa ausência de instituições democráticas e na feroz repressão governamental das liberdades civis, foi uma das primeiras vítimas da PA. Habilmente, o regime tunisino mascarou a sua política de mão de ferro, transmitindo para o exterior a imagem de um país mediterrânico agradável, moderado, um verdadeiro modelo na região, enquanto que as reformas efetuadas aumentavam as desigualdades, destruíam os apoios sociais, potenciavam a corrupção e não tinham efeitos no desemprego crescente. Enquanto isso, os governos ocidentais prestavam auxílio nas reformas económicas mas descuravam as reformas políticas no caminho da democratização, motivados pela incerteza do que viria a substituir os regimes no poder, de alguma forma, atuais aliados. (Lynch, 2011)

A Tunísia tem investido fortemente no aumento do nível cultural do país, nomeadamente no ensino universitário, como factor de desenvolvimento. Porém, a oferta saída das universidades não está adequada à procura de trabalho, essencialmente nos sectores do turismo e do têxtil, de perfil pouco qualificado, frustrando as expectativas dos jovens recém formados. Na sua tentativa de evitar eventuais focos de contestação ao regime, o governo tem mantido o principal sindicato²¹ controlado até recentemente, quando os sindicatos de estudantes mais independentes e contestatários começaram a

²¹ UGTT - *Union Générale Tunisienne du Travail*



criticar abertamente o regime, no que foram secundados por outras organizações da sociedade civil. (Alexander, 2011)

Os tunisinos sentiam-se mesmo orgulhosos do sistema educativo herdado do anterior presidente que Ben Ali depôs em 1987, e por isso, o sucedido com Bouazizi, um jovem com formação universitária obrigado a aceitar um trabalho considerado menor para poder sustentar a família, desacreditou fortemente o regime. Claro que outros factores contribuíram para a visibilidade internacional, alimentando a situação, como a cobertura noticiosa dada pela Al Jazeera, suportada nas fotografias e filmagens efetuadas pelos próprios manifestantes e posteriormente colocadas no YouTube e Facebook. (Goldstein, 2011)

Os protestos materializados por estudantes, professores, advogados, jornalistas, ativistas de direitos humanos, sindicalistas e políticos da oposição, nas ruas das cidades tunisinas, vinham germinando há já alguns anos. Se numa primeira fase da sua governação Ben Ali conseguiu estabilizar o país, atraindo turistas e investimento estrangeiro que gerou crescimento, a partir de determinada altura o autoritarismo, as perseguições políticas, as restrições às liberdades e direitos e o aumento da corrupção, passou a ser um preço demasiado alto a pagar. Por outro lado, os tunisinos passaram a ter uma maior consciência da situação com o incremento das redes sociais e as revelações da Wikileaks²² e perceberam que a comunidade internacional partilhava a mesma condenação do regime. (Alexander, 2011)

De certa forma, o regime tunisino encontrava-se numa situação similar à que Ben Ali encontrou quando tomou o poder a Habib Bourguiba, isto é, um regime com um presidente envelhecido, sem capacidade de estabelecer arranjos políticos e sem autoridade efetiva, e sem uma linha de sucessão claramente definida. Como resultado imediato da PA, Ben Ali fugiu para a Arábia Saudita, foram realizadas eleições para a Assembleia Constituinte em 23 de Outubro de 2011 e em 12 de Dezembro desse ano Moncef Marzouki foi eleito presidente da Tunísia por uma coligação encabeçada pelo partido Islamita moderado Nahda. A nova constituição da Tunísia, entretanto aprovada, garante direitos às mulheres e estabelece a religião do Islão. (Alexander, 2011)

²² A Wikileaks revelou comunicações entre o Departamento de Estado dos EUA e o seu embaixador na Tunísia, considerando Ben Ali decrépito e rodeado de corrupção.



Quadro 8 – Principais indicadores económicos da Tunísia.

Indicador	2006	2007	2008	2009	2010	2011
População (milhões)	10.128	10.225	10.327	10.435	10544 a)	10.655
PIB em Paridade do Poder de Compra (milhões de dólares)	78.564	85.904	91.779	95.632	99.686	101.831
PIB per capita em Paridade do Poder de Compra (dólares)	7.757	8.401	8.888	9.165	9454 a)	9.557
% de Variação do PIB (preços constantes)	5,7	6,3	4,5	3,1	3,1	0,0
Inflação (%)	4,2	3,4	4,9	3,5	4,4	3,5
Taxa de Desemprego (%)	12,5	12,4	12,6	13,3	13,0	14,7
Taxa de Desemprego Jovem (%)	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Variação das Importações (%)	5,3	10,6	7,2	1,0	-1,4	-7,3
Variação das Exportações (%)	6,3	14,3	5,5	-6,8	3,7	-9,7
Balança de Transações Correntes (% do PIB)	29,2	29,4	30,5	30,8	30,9	34,3
Exportações de Petróleo (milhões de dólares)	1.516	2.449	3.311	1.953	2.315	2.818
Despesa Geral do Estado (% do PIB)	-1,8	-2,4	-3,8	-2,8	-4,8	-5,7
Investimento Total (% do PIB)	23,4	23,8	25,9	24,8	26,4	25,3
Investimento Estrangeiro (% do PIB)	9,5	3,9	5,9	3,7	3,2	n/d

Fonte: CIA World Factbook; International Monetary Fund; World Economic Outlook Database, September 2011; Human Development Report 2011; World Bank.

Notas: a) Estimativa.

A Tunísia criou a reputação de ter a economia mais saudável de todos os países do Magreb em resultado das políticas económicas de mercado, implementadas por Ben Ali, propícias ao investimento privado nacional e estrangeiro. O crescimento anual do PIB rondava os 5% em média, no entanto, existiam grandes assimetrias entre o litoral norte e este e o interior do país. Apesar dos constantes programas de investimento económico destinados a criar emprego e melhorar o nível de vida das populações do interior, tal nunca foi conseguido, tendo mesmo provocado os protestos sociais dos anos 70 e anos 80, também protagonizados por estudantes e sindicalistas e também por Islamitas. O que tem acontecido é que a estratégia de desenvolvimento da Tunísia desde 1970 tem-se baseado cada vez mais nas exportações e no investimento privado, significando um grande enfoque no turismo e na indústria têxtil e na agricultura, com forte concentração no litoral, cerca de 80%. (Alexander, 2011)

Na verdade, os tunisinos desfrutam de um nível de vida elevado quando comparado com outros países vizinhos como Marrocos, o Egito ou a Argélia, mesmo tendo petróleo. As estatísticas apresentam indicadores de pobreza, literacia, educação, demografia e estatuto das mulheres bastante mais favoráveis. (Goldstein, 2011)